



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI – TRÁFICO DE ARMAS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 661/2005	DATA: 24/5/2005
INÍCIO: 14h52min	TÉRMINO: 18h2min	DURAÇÃO: 3h10min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 3h12min	PÁGINAS: 70	QUARTOS: 38

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

ELSON ALEXANDRE SAYÃO - Diretor do Departamento de Identificação e Registros diversos do Estado de São Paulo.

ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - Delegado de Polícia, titular da Divisão de Produtos Controlados.

GILSON PITTA LOPES – Chefe da 2ª Seção Militar do Estado Maior Geral da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Há expressões ininteligíveis.

Há intervenções inaudíveis.

Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Havendo número regimental, vamos dar início à 21ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as organizações criminosas do tráfico de armas.

Desde já surgiu uma diligência. Gostaria de encarregar o Deputado João Campos de coordenar essa diligência, e os Deputados Colbert Martins e Luiz Couto para que façam parte da mesma. É uma diligência reservada. O Deputado João Campos informará V.Exas. posteriormente.

Esta reunião foi convocada para uma audiência pública com os Drs. Elson Alexandre Sayão, Roberto de Mello Annibal e Gilson Pitta Lopes. Coronel Gilson Pitta Lopes. Estou certo? Convido S.Sas. a tomarem assento à mesa. Peço à Secretaria da Comissão que coloque duas cadeiras para os depoentes.

Convido o Dr. Elson Alexandre Sayão, Diretor do Departamento de Identificação e Registros Diversos do Estado de São Paulo, e o Dr. Roberto de Mello Annibal, Delegado de Polícia titular da Divisão de Produtos Controlados para tomarem assento à mesa. Os dois têm um tempo inicial e podem dividir esse tempo, sem problema nenhum, para fazerem uma abordagem inicial em torno do tema que esta CPI está investigando, especialmente no que tange ao Estado de São Paulo. Tem V.Sas. a palavra.

O SR. ELSON ALEXANDRE SAYÃO - Primeiramente, gostaria de deixar consignado que é uma honra poder colaborar com esta Comissão e com os Srs. Parlamentares. Eu, atualmente, dirijo um departamento policial no Estado de São Paulo, denominado DIRD — Departamento de Identificação e Registros Diversos. Esse departamento abrange algumas divisões policiais. Entre essas divisões, a Divisão de Produtos Controlados, que, até anteriormente ao advento do regulamento da Lei de Desarmamento, tinha o condão de expedir porte e registro de armas, munições e produtos químicos no Estado de São Paulo. O Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt é uma outra divisão do DIRD, que concentra os indiciamentos das pessoas que são obviamente indiciadas nos inquéritos policiais em todo o Estado de São Paulo, onde a gente compila os dados necessários, até para poder suprir num requerimento, aqui, da própria CPI, onde podemos remeter dados específicos que ajudariam a Comissão. Com relação a armas ilegais ou tráfico de armas propriamente dito, como eu havia descrito anteriormente, o Departamento é um Departamento de ordem administrativa. Ou seja, nós temos



dados de armas até o advento da nova legislação, do regulamento da nova legislação. Diante desse quadro, as armas que são apreendidas pela Polícia Civil não vinculadas a inquéritos policiais, porque as armas vinculadas a inquérito têm uma outra destinação. Elas são destinadas aos depósitos dos fóruns, e as armas não vinculadas a inquéritos que vão para os depósitos do nosso departamento. Eu não sei de que outra maneira poderia também auxiliar a Comissão e me colocaria à disposição para algum questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Com a palavra o Dr. Roberto de Mello Annibal.

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito obrigado pela honra de aqui ser convidado a prestar algum apoio e ajudar, na qualidade de Delegado de Polícia da Divisão de Produtos Controlados. Minha divisão tem dois setores: uma com relação ao produto controlado, serviço pirotécnico. Todos os produtos da ordem industrial, farmacêutico... isso vem sendo feito. Havia ali o setor de registro e porte de armas. Com o advento da lei do Estatuto do Desarmamento, passou, então, para a Polícia Federal. É essa divisão, que tem *know-how* a respeito de registro e porte de arma, que sustenta o SINARM da Polícia Federal. É ela que tem acesso a tudo, é ela que presta informações ao Estado inteiro, aliás, ao Brasil também, à própria Polícia Federal, ao Poder Judiciário, a respeito de todos eventos relacionados com arma. No que a gente pode eventualmente colaborar, foi determinado uma feitura de uma estatística pela PRODESP, que é a que mantém todos os dados, e eu poderia dizer que, com relação às armas apreendidas pela polícia durante o período, pela Polícia Civil e pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, durante o período de 1999 a 2005, foram no total de 86.173 armas. Este total de armas são de fabricação nacional e de calibre permitido. Aliás, essas armas compreendem todo e qualquer tipo de arma. Desses 86 mil, 72.532 armas são de fabricação nacional e calibre permitido, e 5.061 armas são de calibre restrito. Dados referentes da Polícia Civil e da polícia Militar. O total de armas importadas apreendidas, onde se compreende as de calibre permitido e de calibre restrito, são 8.580 armas. No gráfico que eu tenho em mãos, resume-se que 84% das armas apreendidas são de fabricação nacional, 10% importadas e 6% de calibre restrito. É o que eu posso, por hora, oferecer aos senhores. Fico à disposição para alguma eventual questão. Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pergunto se os Deputados gostariam de usar a palavra para fazer questionamentos?

Deputado Luiz Couto com a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, eu gostaria que o Dr. Roberto pudesse informar por ano, se tivesse a estatística, para saber mais ou menos quando é que aumentou, quando diminuiu. Se V.Exa. teria condições de fazer essa apresentação de 1999 a 2005, ano por ano. Se teria essa condição. Senão, seria importante que nós tivéssemos, até para verificar a incidência maior de armas que foram apreendidas, a diminuição e a razão do por que dessa diminuição, se foi uma ação mais ostensiva da polícia ou o que aconteceu. Então, seria mais ou menos nesse sentido. Gostaria que V.Exa., se tivesse condições, mostrasse por ano o número de armas que foram apreendidas e registradas na delegacia à qual V.Exa. está à frente.

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - No momento, eu não tenho por ano.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não tem.

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - Mas, por um ofício da CPI, que nos foi remetido, solicitando uma série de estatísticas, a PRODESP está-se adaptando na informática. Acredito que dentro de 15 a 20 dias já deve estar na minha mão, para que eu remeta à CPI, onde vai constar tudo isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

Outra questão seria: armas que foram apreendidas de pessoas físicas e que não teriam antecedentes criminais e armas que foram apreendidas de pessoas que já tinham antecedentes criminais. Se tem essa estatística também, de organizações criminosas. É importante para a CPI que nós tenhamos esses dados, uma vez que o objeto desta CPI é investigar as organizações criminosas no tráfico de armas. Se teria também. Se não, nós gostaríamos que V.Sa. também pudesse nos fornecer.

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - A PRODESP vai fazer isso. Talvez eu até tenha um dado aqui. Deixa eu fazer uma consulta. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Se V.Sa. não tiver, pode encaminhar posteriormente.



Dessas armas que foram apreendidas e que não são de fabricação nacional, são de fabricação estrangeira, de onde, mais ou menos, essas armas estariam vindo? De que países?

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - Também tenho essa estatística. A PRODESP tem lá a nacionalidade, a fabricação, o número, tem tudo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Isso é importante também para nós.

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - Isso vai chegar em mãos para os senhores.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Inicialmente, eu queria comentar, Dr. Elson Sayão, Diretor do DIRD, de São Paulo, e Dr. Roberto, Diretor de Divisão, que esse setor, lá em São Paulo, funciona bastante bem, funciona a contento.

Eu só queria saber do Dr. Sayão por que não foi renovado o convênio que existia com a Polícia Federal para a concessão dos portes de armas?

O SR. ELSON ALEXANDRE SAYÃO - Primeiramente, boa-tarde a V.Exa. Até o advento do regulamento da lei, nós tínhamos toda a infra-estrutura não só material, pessoal, em todos os sentidos, para poder abranger...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só um pouquinho, Dr. Sayão.

É impressão minha ou o microfone está baixo?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Está baixo. Tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu peço que aumente o volume do microfone.

O SR. ELSON ALEXANDRE SAYÃO - Este aqui está audível? Então, nós tínhamos toda a estrutura, e era sempre efetuada pela Polícia Civil do Estado de São Paulo até o advento do regulamento da lei. Com essa nova regulamentação, com essa nova legislação, passou a ser atribuição única e exclusiva da Polícia Federal. Obviamente que a Polícia Civil de São Paulo, através da sua hierarquia própria, colocou à disposição da Polícia Federal, também através da própria hierarquia, a possibilidade de se firmar um convênio no Estado de São Paulo para



agilização do prosseguimento dos registros de armas e inerentes. Foi colocada a possibilidade de um convênio.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu estou estranhando, porque a Polícia Federal, segundo informações que eu tenho, só recebe pedido de 400 registros por semana. Como é que pode encontrar solução de continuidade? É essa a questão?

O SR. ELSON ALEXANDRE SAYÃO - Na realidade, trata-se de uma forma de recepção de armas. Nós temos recebido de todo o Estado de São Paulo - nós, eu digo, o Departamento, através do depósito da Divisão de Produtos Controlados -, uma quantidade de armas superior ao que a Polícia Federal tem condições de receber de volta.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quais são esses números? O senhor podia afirmar?

O SR. ELSON ALEXANDRE SAYÃO - A Polícia Federal consegue receber 400 armas semanais para remessa ao Exército para fins de destruição. No total, nós temos em depósito mais de 18 mil armas, sendo que 13.500 armas são provenientes do interior do Estado; 4.500, provenientes da Capital e, desse total de 18 mil, 8.700 armas já foram encaminhadas à Polícia Federal. Nós temos, então, perto de 10 mil armas que estão sendo encaminhadas, semanalmente, à Polícia Federal, na ordem de 400 por semana.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Na verdade, eu estou preocupado pela não existência do convênio, Dr. Sayão, porque, em São Paulo, nós temos hoje, em vários Municípios, as Guardas Municipais, e as Guardas Municipais têm autorização para usar arma. Quem dava o porte, na época, era o DIRD. E agora, quem vai dar o porte para todas essas Guardas Municipais?

O SR. ELSON ALEXANDRE SAYÃO - É atribuição da Polícia Federal atualmente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu queria chamar a atenção do Presidente Moroni Torgan para esse detalhe, quer dizer, por uma medida provisória, nós estendemos que um número de Guardas Municipais pode ter o porte de arma e, ao mesmo tempo, a Polícia Federal não está autorizando o DIRD, que é o Departamento legal, em São Paulo, a conceder o porte de arma. Então, nós estamos em uma situação meio incongruente. Eu queria aproveitar essa questão.



Eu conheço bem o DIRD, em São Paulo, porque eu fui Secretário de Governo na cidade de São Paulo. Na época, com agilidade impressionante, no ano de 2000, foram renovados 5 mil portes de armas, que, na época, inclusive, dependia de um decreto do Governador, e o saudoso Governador Mário Covas concedeu esse decreto, essa autorização - o Diretor, na época, era o saudoso Dr. Reis, também -, e nós resolvemos essa questão. Agora, se o DIRD não tem essa possibilidade, nós estamos em uma situação meio complicada.

Era isso que eu queria que o Presidente, a partir do conhecimento, da capacidade do DIRD resolver o problema, e da incapacidade da Polícia Federal atender, que a nossa própria Comissão, que está lidando com esse assunto, possa exigir da Polícia Federal uma tomada de posição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só para ficar claro, existe a possibilidade desse convênio?

O SR. ELSON ALEXANDRE SAYÃO - Perfeitamente. Nós temos toda a estrutura preparada caso a Polícia Federal necessite firmar esse convênio com a Polícia Estadual.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Todas as seccionais do interior de São Paulo estão informatizadas com o DIRD, não estão, Dr. Roberto? O Dr. Roberto, que era do interior antes de assumir a divisão, conhece bem esse trabalho.

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - É. O Estado de São Paulo está todo informatizado. Eles têm, via Intranet, ligação direta com a gente, eles fazem todo o processo lá, já comunicam via computador, já entra no sistema do SINARM, e a Polícia Civil tem o *know-how* relacionado a armas, não só ao registro, como anotação de evento, como expedição de porte. Há 100 anos que a gente tem esse *know-how*. Então, portanto, nós estamos completamente aptos, porque, em São Paulo, segundo consta, não tenho dado ainda, necessitaria de uma pesquisa na PRODESP, mas só no Estado de São Paulo foram registradas 2,5 milhões de armas. Isso desde o início. Então, ali é bem agilizado. O que acontece é o seguinte, para que a Presidência compreenda perfeitamente: o que ocorre em Araçatuba, ou em um Município distante do Estado de São Paulo, ou mesmo em um distrito da Capital, é comunicado tudo ao DIRD e, conseqüentemente, ao DPC, que já faz aquele evento ser anotado no registro da arma, se ela foi furtada, se ela foi vendida,



tudo. Tem o histórico da arma. Então, é tudo automático, atualmente. O que acontece no cenário da Polícia Federal é que ainda hoje eles estão sem estrutura para isso, tanto que eles só recebem 400 armas por mês. Eu tenho conversado, sistematicamente, com a Dra. Alessandra. Inclusive, há dois anos, a própria Polícia Federal contratou uma firma para extrair dos nossos computadores tudo o que necessitava para o SINARM dela. A gente atende a todo o Brasil na questão da informação.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Dá licença, dá licença. Como é esse negócio? Contratou uma firma para pegar dados nossos para passar para a Polícia Federal?

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - Há 2 ou 3 anos foi feito isso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É um absurdo isso aí!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Foi para fazer o banco geral.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sim, mas se tem um banco de dados e uma Polícia Estadual, que tem um convênio com a Federal, rompe o convênio, contrata uma firma para pegar os dados da Polícia Estadual para repassar para a Federal... É inacreditável o que estou ouvindo, Sr. Presidente! Eu entendi bem? É isso mesmo?

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - Há 2 ou 3 anos foi feito isso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É um absurdo!

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - Foi o SENASP, é isso? O SENASP que pagou a conta dessa firma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Dr. Roberto, me explique uma coisa. Dessas armas apreendidas, tem-se feito a pesquisa de origem da arma?

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - Perfeitamente, é feita uma pesquisa de origem junto ao sistema. Aquela que consta cadastro, vai com cadastro. Aquelas que são de processo, que são apreendidas por inquérito policial, são encaminhadas ao fórum respectivo, e, posteriormente, eles reencaminhavam para gente, quando a sentença transitava em julgado, para a destruição junto ao Exército. E as que não são de inquérito policial, elas são remetidas ao Exército, após feita a vistoria, feita, aliás, uma perícia nelas, e todos esses dados são examinados, com relação à origem delas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor falou que...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu não terminei ainda. Se o senhor quiser me tirar fora, eu fico quieto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, eu estou em um aparte a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - V.Exa. tem direito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado. Então, o senhor falou que oitenta e poucos por cento seriam de origem nacional, se eu não me engano, 84%, alguma coisa assim, que eu ouvi.

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - Oitenta e quatro por cento, nacional; 10, importado; e 6, de calibre restrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Esses 84% de nacionais, a origem final legal deles seria uma loja de armas?

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - Não, nesses 84% de nacionais, às vezes tem o número raspado. Então, a gente não sabe se ela foi adquirida em alguma loja, onde é que ela foi adquirida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu até queria saber esse negócio de número raspado. Nós não temos tecnologia suficiente para saber esse número, mesmo raspado?

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - Dependendo da profundidade em que for raspado, existe possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É que fica a sombra do número?

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - É, jogam um líquido, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Que poderia dar...

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Aí faz... Pois não, Deputado Arnaldo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu só queria saber do Dr. Sayão se, na época do convênio, o porte de armas das empresas de segurança também era fornecido pelo DIRD.

O SR. ELSON ALEXANDRE SAYÃO - É, exatamente. Antes do advento da nova legislação, o DIRD é que expedia o porte de armas.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Aproximadamente, quantos portes de armas, a última informação que o senhor tem, das empresas de segurança em São Paulo?

O SR. ELSON ALEXANDRE SAYÃO - Aí está conjunto.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mais ou menos, não precisa ser exato, não. Aproximado, não precisa ser número exato.

O SR. ELSON ALEXANDRE SAYÃO - Nós temos aqui, só que é global, por ano. Os portes expedidos, no último ano, que foi 2003, foram, no total, independente de ser de empresa ou particular, 4.859; em 2002, 3.884; em 2001, 2.871; e, em 2000, 1.746.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, eu queria chamar a atenção do Presidente, Deputado Moroni Torgan, que também é delegado de Polícia Federal, para o fato de que a informação desses dados é extremamente importante. Não há condições materiais e técnicas na Polícia Federal de atender esse número. Quer dizer, o restabelecimento do convênio com São Paulo é extremamente importante. Eu acho que V.Exa. tem que entender que, aí, não é partidarismo nem regionalismo. É questão de prática, de capacidade e de funcionalidade. Então, esses números do Dr. Sayão e os números do Dr. Roberto têm que ser levados em consideração para que a nossa Comissão possa demonstrar à Polícia Federal a necessidade de restabelecimento desse convênio com a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu acredito que o primeiro passo, Deputado Arnaldo, seria que V.Exa. entrasse com requerimento para saber as informações; em que pé anda esse convênio, se ele está para ser firmado, se não está, para, depois, então, podermos dar um segundo passo, que seria pedir... Eu concordo com V.Exa. Acho extremamente importante.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - A informação que eu tenho é que a Polícia Federal não quer fazer os convênios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não quer fazer convênio nenhum?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas nós teríamos que oficializar isso.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ela quer gerir a sua própria incapacidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, vamos tentar oficializar isso ao Ministro da Justiça.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Vamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Aí, tendo a informação oficial, nós podemos, então, fazer a contrapartida.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Até porque, na hora em que você amplia a possibilidade de registro, você dificulta o tráfico de armas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sem dúvida. Na sua opinião, quais são — não sei se se faz esse estudo ou quem faz esse estudo em São Paulo — as principais rotas que abastecem o mercado clandestino em São Paulo?

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - Eu desconheço, porque a função do DPC é fazer anotações e prestar informações diante dos eventos ocorridos com cada arma, de registro e até as sem registro. Rotas, assim, eu desconheço, mesmo porque a quantidade que a gente apreende de armas importadas é tão pequena, e ela normalmente faz parte de um crime, que é suscetível de inquérito policial e processo respectivo. Então, não existe uma investigação a fundo, no sentido de uma rota, percebe?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E não tem nenhuma especializada que cuidasse disso?

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - Não tem uma especializada nesse sentido. No âmbito da Polícia Civil, não existe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não existe uma especializada que cuide dessa questão de abastecimento de armas?

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - Não, não existe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É interessante. Pergunto aos Deputados se têm mais alguma pergunta? Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Das armas apreendidas e registradas, V.Exa. colocou que o número maior vem do interior, é isso mesmo?

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - Não lembro mais. Onde está isso? *(Pausa.)* Isso foi das armas da campanha de desarmamento.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nessa campanha de desarmamento, é possível identificar de que regiões essas armas vêm?

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - É possível, eu tenho esse dado lá na minha divisão. Eu tenho esse dado, por região do Estado de São Paulo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Por região do Estado de São Paulo.

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - Tenho.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O dado das armas que são de calibre restrito, V.Exa. falou qual o índice mesmo de armas que...

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - Seis por cento.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Seis por cento.

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - Seis por cento, num total de 86 mil, durante o período de 1999 a 2005.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Foi identificado de onde essas armas eram provenientes?

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - Só a nacionalidade, sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, mas, por exemplo, se foram furtadas de policiais, de quartéis ou de...

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - Ah, sim. Tem isso, sim. Na PRODESP, tem tudo isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Isso é importante também para nós.

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - São os eventos que eu falei para o senhor que a gente tem tudo anotado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - Então, vamos dizer, para pesquisar essa arma importada, a gente puxa no computador, sai tudo a respeito dela.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Esses dados são fundamentais para gente também, da procedência...

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - Vocês vão receber.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, apenas por justiça, eu citei o Dr. Reis, que era o Diretor da Divisão, falecido, e à época era diretor do DIRD o Dr. Jorge Miguel, um dos grandes ícones da polícia paulista, que



eu queria fazer questão que constasse da ata, certamente com o apoio do Dr. Elson Sayão, diretor atual do DIRD.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tenho certeza de que essas homenagens de V.Exa. serão bem vindas. Eu queria saber outra coisa. O problema da identificação da arma, por exemplo, da origem, do caminho que ela percorreu, quanto tempo isso leva? Do caminho legal dela, do regular, porque o ilegal só a investigação vai dizer. Mas, por exemplo, foi presa uma arma nacional, um revólver Taurus 38, com um bandido. Aí, eu quero saber qual foi o último ponto legal que ela percorreu, onde foi vendida legalmente essa arma. Qual o tempo que eu levo para isso?

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - Se houver o primeiro registro dela, sim. Agora, se não houver esse registro, se ela for uma arma clandestina, que nunca foi registrada, então, fica difícil. É só através de uma investigação para se saber de quem ele comprou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A fábrica não tem o número do lote, dizendo para quem vendeu, a gente fazendo a investigação inversa?

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - A fábrica tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ou seja, a gente pediria para a fábrica. A fábrica diz: "Eu vendi para o revendedor tal". O revendedor tal diz que vendeu para o comércio tal, o comércio tal diz que vendou para o senhor fulano de tal. Até aí, acho que dá para saber...

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - Com uma ordem judicial, dá, porque a fábrica também não responde à polícia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tem que ter uma ordem judicial para isso?

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - Tem que ter uma ordem judicial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ah, é? Esse é um dado interessante que...

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - E que acontecia também...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu acreditava que só a Polícia argüindo, ela já poderia dar esse roteiro. Se precisa de uma ordem judicial, é mais complicado.



O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - Na lei anterior, o porte de arma, de início, era uma contravenção. Então, veja bem., como o crime maior absorve o menor, então, nunca se preocupou nesse tipo de investigação porque o sujeito praticou um furto ou praticou um homicídio com a arma, o crime maior é um homicídio ou um furto. Então, a arma é irrelevante nesse aspecto. Agora, não, porque agora, com o novo Estatuto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Passou a ser mais...

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - É. De reclusão, pena de reclusão, uma pena mais grave.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Assim mesmo, precisa de uma ordem judicial para fazer esse tipo de pesquisa?

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É mesmo? Interessante, não é? Qual o sigilo argüido aí?

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - Não informa a Polícia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não consigo ver sigilo em pedir qual foi o roteiro dessa arma, o roteiro comercial dela. Quer dizer que precisa de uma ordem judicial. Isso quer dizer que demanda tempo para caramba?

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - Inquérito policial, representação, ouvido o Ministério Público, o juiz decide se dá ou não a ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E cada uma delas... quer dizer, o negócio vai longe.

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - Complica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É, complica muito. Eu acho que temos de fazer alguma coisa para agilizar esse procedimento que, infelizmente, aí sim, é um obstáculo. Porque...

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - É só voltar o poder para a Polícia, como era antigamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois é.

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - Tem o mandato de busca e apreensão. O senhor é delegado e sabe disso. O próprio delegado estando presente ou não estando presente ele expedia um mandato. Hoje, não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Um mandado de busca vai ser uma guerra terrível e nós sabemos. Mas eu acho que a agilização das fábricas, no sentido de informar a Polícia o roteiro percorrido pela arma, isso aí deve ser um negócio bem mais fácil que deve acontecer. Porque era de mandar uma listagem para a fábrica dizendo: tem cem armas apreendidas. Está aqui a numeração, o calibre da arma, a marca da arma, tudo direitinho. Então, indiquem para quem foi vendida essas armas. E a fábrica vai indicar o primeiro, que é revendedor, talvez, se fez uma venda direta. A partir daí, tem como...

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - Ou se ela exportou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É, até para ter uma idéia, porque o que está me preocupando nessa história toda é que 84% das armas apreendidas são nacionais. Quer dizer, na verdade, tem 16% que não são. Aí, no caso, 10%, não é?

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - Dez por cento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque as outras são de calibre restrito. Seriam 6%?

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, isso que me preocupa. Se a gente tiver um controle melhor em âmbito nacional, nós vamos, pelo menos, ter conhecimento onde está acontecendo o desvio do roteiro legal da arma, não é?

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - Mas o Estatuto do Desarmamento agora prevê isso para as fabricações a partir do estatuto. Fabricação de arma e munição, prevê tudo isso, esse tipo de controle. A arma vai ter um DNA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É. Mas a partir de agora. Isso é o que me preocupa.

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - A partir de agora, nas anteriores, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Nós temos milhões de armas circulando que não terão nenhum tipo de registro nesse sentido. Então, foi interessante até para elucidarmos isso. Acho que o que o Deputado Arnaldo Faria de Sá falou é interessante também para agilizar esse tipo de convênio, até porque a fiscalização fica melhor. Bom, eu agradeço a presença de V.Sas. E espero que



agora nós tenhamos - até dou como sugestão à Secretaria de Segurança Pública de São Paulo - um setor só para analisar os abastecimentos de armas dos delinqüentes e por quem é feito. Eu sei que se for para o contrabando é problema da Polícia Federal, mas, de qualquer forma, acho que, tendo um setor interno e sabendo como é esse abastecimento ali, em São Paulo, poderia fazer um trabalho integrado com a Polícia Federal porque a Polícia Federal, felizmente, tem muito boa vontade e, infelizmente, quase sempre falta recursos humanos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, apesar de V.Exa. ser um grande delegado da Polícia Federal, e o Dr. Caio, aqui do meu lado, também, a má vontade é da Polícia Federal. Não é da Polícia do Estado, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não. Mas eu não estou falando com relação ao convênio.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Na hora de fazer o trabalho conjunto a má vontade é da Federal. Não é da polícia estadual, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O trabalho em conjunto eu acho importante. Não tem problema. A gente pede para a Polícia Federal também ter boa vontade. Não tem problema nenhum. Eu acho que essa não é a hora de partidarismos. Vocês e a Polícia Federal são polícias do povo. Quer dizer, polícia do Estado brasileiro que tem que trabalhar junto. Eu acho importantíssimo isso.

O principal instrumento do delito é a arma; se conseguirmos ter uma fiscalização maior em cima desse tráfico de armas, tenho certeza de que vamos diminuir o delito, porque, se esperarmos só que o Estatuto vá diminuir o número de delitos, acho que nós vamos pelo caminho errado. Temos de lembrar que o Estatuto vai fazer um trabalho com a população, um trabalho que pode dar frutos naquele crime culposos, ou então não premeditado, ele pode dar algum fruto. Agora, em todo crime doloso e premeditado, não vai ter grande vantagem esse desarmamento. Vai ter vantagem, sim, a união institucional para coibir a facilidade do delinqüente de conseguir uma arma. Então, acho que isso vai ser bastante importante.

V.Sas. têm a palavra para as considerações finais.

O SR. ROBERTO DE MELLO ANNIBAL - Eu agradeço a recepção e espero ter colaborado de alguma forma para a diminuição da criminalidade no País. Muito obrigado pelo convite.



O SR. ELSON ALEXANDRE SAYÃO - Eu gostaria também de consignar um dado estatístico, que é requisição de V.Exa. Foi feita também uma pesquisa pela PRODESP — Processamento de Dados do Estado de São Paulo, e chegamos a números vultosíssimos, que já foram remetidos aqui para a Comissão. A requisição de V.Exa. era no sentido de que fossem encaminhadas listas, dos últimos 5 anos, de pessoas indiciadas por tráfico de armas, munições e explosivos, obviamente com a respectiva qualificação, informações referentes a organizações criminosas no tráfico de armas e drogas, e suspeitos investigados pelo setor de inteligência. Esses números resultaram no seguinte: houve, nos últimos 5 anos, 6.300 indivíduos envolvidos em tráfico de armas e de entorpecentes, que resultaram em 3 caixas de formulários, que foram remetidas para a Comissão; e um segundo grupo que totalizou 4.234 indivíduos, que estavam envolvidos em tráficos de armas e quadrilha urbana, totalizando duas caixas de formulários. Então, são números que a polícia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - São 10 mil pessoas envolvidas nisso.

O SR. ELSON ALEXANDRE SAYÃO - Exatamente. A polícia do Estado de São Paulo, através da PRODESP, conseguiu compilar e remeter a esta Comissão, no afã de tentar auxiliar. No mais, também gostaria de consignar nosso agradecimento a todos pela receptividade e nos colocar à disposição. Uma boa tarde a todos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, recebi um informe da Polícia Federal, segundo o qual, mesmo não estando em vigor o convênio da Polícia Federal com a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, que a Polícia Federal está à disposição do DIRD para qualquer informação a respeito de armas, independente de qualquer consulta judicial. A Polícia Federal pode fornecer todos os dados de que o DIRD precisar — da Taurus e de fabricantes de munições. A Polícia Federal faz esse intercâmbio, colocando-o à disposição do DIRD em São Paulo. Pelo menos parte da nossa preocupação já tem resposta imediata da Polícia Federal. Uma boa ação já obteve resposta imediata da Polícia Federal. Só esperamos que a Polícia Federal tenha um pouco mais de sensibilidade ainda e restabeleça o convênio total.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu disse que a boa vontade começa a prosperar e, felizmente, nesta Comissão, ela é incentivadora dessa boa vontade. Eu acho interessante até. Se tiverem qualquer...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - V.Exa. já pode colocar à disposição do DIRD essa sugestão da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Se tiverem qualquer necessidade de diligências nesse sentido, podem, em consulta com a Polícia Federal, até sem a ordem judicial, para poderem saber a origem dessas armas. Seria interessante depois até fazer esse intercâmbio entre as duas polícias.

O SR. ELSON ALEXANDRE SAYÃO - Então, serei portador para transmitir à minha hierarquia essa possibilidade: que a Polícia Federal vai nos abastecer com os dados, independente da ordem judicial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Já fico feliz: um resultado concreto, importante para agilizar esse tipo de investigação, fundamental para a queda da violência.

Agradeço ao Dr. Elson Alexandre Sayão e ao Dr. Roberto de Mello Annibal a presença. Desde já, digo que esta Comissão — talvez até o ano que vem, que continuaremos talvez mais um ano nesta Comissão —, se precisar, vai pedir auxílio de V.Sas. (*Palmas.*)

Convido o Coronel Gilson Pitta Lopes, que acredito terá muitas informações para esta Comissão. S.Sa. é Chefe da 2ª Seção Militar do Estado Maior Geral da Polícia Militar do Rio de Janeiro. E a 2ª Seção, para quem não sabe, é um setor de inteligência.

Agradeço desde já a presença do Coronel entre nós. Agradeço ao Comandante Geral e ao Secretário de Segurança por liberarem V.Sa. para estar aqui conosco e poder colaborar nessa investigação.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Gostaria de agradecer inicialmente à V.Exa. por esse convite. Com certeza, tão logo a corporação tomou conhecimento da nossa convocação, foi franqueada, de imediato, a nossa presença aqui, razão também pela qual não deveria ser de maneira diferente, mesmo porque, no Estado do Rio de Janeiro, como todos os demais Estados, atravessamos problemas sérios com essa interface de criminalidade, que é o tráfico de armas de fogo. Partindo desse princípio, e até pelas palavras de V.Exa., gostaria aqui de sintetizar a parte de



inteligência. Para quem conhece pouco, no Estado do Rio de Janeiro, ela se estruturou recentemente. Acredito que seja um dos poucos Estados que gere a sua área de inteligência através de documento formal, decreto do próprio Governo do Estado, e não das instituições que agiam. Já estamos há cerca de 2 anos nessa função. Como foi dito, o Chefe do Setor de Inteligência da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, dentro dessa estrutura criada no Estado do Rio, é um subsistema ao qual estão atreladas, ou diretamente subordinadas à minha pessoa, enquanto chefe do sistema maior da Polícia Militar do Rio de Janeiro, 84 agências. Isso significa que obviamente tem um sistema maior, a grosso modo, como temos, no caso federal, a ABIN. E, no nosso caso, é a Subsecretaria de Inteligência do Estado do Rio de Janeiro. É um Estado único, que possui sua estrutura já devidamente aprovada por decreto da Governadora, dentro de uma capilaridade não só de instituição como Polícia Militar, a própria Polícia Civil ou o Sistema Penitenciário, e outras agências, como assim a gente trata, comunidades de inteligências afins, como, inclusive, instituições privadas, porque dispomos de um item na estrutura em que todos aqueles órgãos que queiram participar, no Estado do Rio de Janeiro, da atividade de inteligência, por convênio, poderá se associar e tratar dessa forma como a Doutrina de Inteligência, que acaba de ser aprovada também por decreto da Governadora, agora em abril deste ano. Estou querendo só passar para os senhores o que é o serviço de inteligência e, pelo pouco que pude assistir, em tese, na Polícia Militar, não teríamos o que agregar ao tráfico de armas, por ser um crime federal, mas acreditamos nós, num Estado que temos muito, em razão de o Estado do Rio de Janeiro não ter nenhum pólo de fabricação de armas de fogo e, principalmente, de algo, de que, para nós, da área de inteligência, nós temos plena convicção do que falamos, dessa interface estar *pari passu* com o narcotráfico, ou seja, o tráfico de drogas tem o respaldo — pelo menos essa é a visão do Estado do Rio de Janeiro — na letalidade das armas de fogo que para lá são carregadas. Quando nós falamos em Estado do Rio de Janeiro e letalidade, eu estava ali raciocinando em cima dos números que foram passados pelo nosso antecessor aqui de São Paulo, guardada a proporção dos Estados — o Estado do Rio de Janeiro e a área territorial do Estado de São Paulo —, só para os senhores terem uma idéia, somente a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, pela qual estou aqui autorizado a falar, ela apreendeu, nesse mesmo período que foi tratado aqui por São Paulo, exatas 85.659 armas,



entre armas de fogo e o que nós tratamos como artefatos explosivos. E nós classificamos como artefatos explosivos, porque agregamos as granadas, aquilo que alguns dos senhores — acredito a grande maioria —, por meio da mídia, observam, no caso não só do Rio de Janeiro, mas das grandes metrópoles, como São Paulo, Minas e outros Estados, Rio Grande do Sul, o grau de “especialização” — vamos dizer entre aspas — da marginalidade em colocar à sua disposição, quando o Estado se faz presente na apreensão dessas armas, fabricação de armas semelhantes às granadas, o que a gente chama de armas de fabricação caseira, ou seja, aquelas que aparecem de tubo de PVC, que têm o mesmo grau de letalidade, são utilizadas nos Estados contra os aparatos policiais. Reputo de importância trazer esse dado para esta CPI, que acredito que busca a solução para todos esses problemas em nível nacional. A Polícia Militar não poderia se fazer ausente neste debate. É importante, dentro disso, até que nós estamos falando e provavelmente minimizando algumas perguntas, porque eu tive o prazer de ser o segundo a usar da palavra, então, já deu para perceber, como da área da inteligência, o perfil de alguma coisa que poderia ser perguntada. Então, minimizando aí as perguntas: dessas 85.650 armas e artefatos de que nós tratamos, os senhores entendam que são armas de fogo, foram 83.096 armas apreendidas pela Polícia Militar durante esses 5 anos, de 99 a 2005, e até, no caso, abril. Outras tantas, os artefatos explosivos — granadas e outros artefatos, no caso —, 2.563. É importante também frisar que não é diferente do que foi tratado por São Paulo, que dessas 83.096 armas apreendidas, 47.071 tratam-se somente de revólveres. Então, aí coincide com dados e percentuais apresentados por São Paulo também; 946 fuzis, armas de grande potencial de letalidade; 14.321 pistolas, dentre essas, armas de calibre controlado e restrito; 12.982 escopetas, armas de caça. Isso tudo nos remete a uma cifra, em termos percentuais, de 70% de armas nacionais e 30% de armas estrangeiras, números exatos e percentuais exatos que foram tratados por quem me antecedeu. É importante dissecarmos isso. A área de inteligência tem esse entendimento, para tentar facilitar a realocação de efetivo da Polícia Militar, responsável pela parte de polícia ostensiva no Estado — e em todos os demais assim são, de acordo com o que prescreve a Constituição —, que procura desenvolver, por meio da informática, esse acompanhamento, como falamos, no intuito de facilitar e tornar mais eficiente e eficaz o aparato policial. Em busca disso,



de 2001 a 2005, num período mais restrito, 4,5 anos, 4 anos e 5 meses — ainda não encerramos o mês de maio —, nós cairíamos para a cifra de 65 mil armas, 405 apreendidas no Rio de Janeiro. Dessas, continuam revólveres, fuzis, pistolas, espingardas e armas de caça como sendo as de maior apreensão no Estado do Rio de Janeiro. E as granadas também em número acentuado. Somente nesse período de 4 anos e 5 meses, foram exatas 1.904 granadas apreendidas pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Obviamente, esse número é maior. Acredito que já tenha passado por esta CPI companheiros do Estado na Polícia Civil, que tem a responsabilidade de rastreamento, mas nós acompanhamos isso enquanto órgão de inteligência, para minimizar o apoio da tropa fardada na rua. É importante frisar, conforme o Deputado questionou a respeito das apreensões de armas e cifras diária, mensal e anualmente, que nós temos isso e estava fazendo os cálculos ali, no Estado do Rio de Janeiro, pela Polícia Militar do Estado — que estou falando do Rio de Janeiro. A PMERJ, diariamente, apreende entre 30 a 40 armas; mensalmente, 1.150 armas; anualmente, 14 mil armas. Fuzis: a média é de 16 a 20 fuzis que apreendemos mensalmente. Granadas: de 50 a 90 já foram apreendidas no Estado do Rio de Janeiro. E, por tipo e calibre de arma, que é algo que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Desculpe-me, não prestei atenção nos fuzis, quantos eram?

O SR. GILSON PITTA LOPES - Fuzis, nós apreendemos, mensalmente, segundo rápido cálculo que fiz — o qual tenho aqui e vou até passar ali, se o senhor me permitir —, 16 a 20. Já estamos com 14 fuzis apreendidos até o momento em que saí da... fechei esse trabalho, que era em abril. Então, fatalmente, nós atingiremos essa média aí ou para baixo. Não queríamos atingir isso, mas é a realidade. Granadas, de 40 a 90 granadas por mês no Estado. Acredito que isso não seja diferente em outros Estados. Creio que é importante trazer isso aos senhores, porque, volto a dizer, o Estado do Rio de Janeiro não tem fábrica desse armamento todinho, e ele chega ao Rio de Janeiro. E, por certo, o senhor poderia me questionar sobre rotas, que também não é atribuição da Polícia Militar buscar, como o senhor bem o disse, é da Polícia Federal e de um órgão especializado da própria Polícia Estadual, mas, enquanto Chefe do Serviço de Inteligência da Polícia Militar do Rio de Janeiro e pelas vidas que são ceifadas no nosso Estado, não só da população como de policiais militares, nós acompanhamos e procuramos entender isso para



fechar, pelo menos, a porta de entrada no nosso Estado. Mas entendemos que, quando todos são unânimes em dizer que a rota vem via Paraguai, Mato Grosso, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, por que não fechar no seu nascedouro. Existe um problema sério, que nós sabemos, no Rio de Janeiro, que é sua geomorfologia. Todos têm conhecimento da nossa cidade maravilhosa, mas há morros encastelados dentro da própria área metropolitana. Para que os senhores tenham idéia, nós temos, na área do Rio de Janeiro, uma média de 600 áreas conflagradas, como chamamos, áreas problemas entre favelas. Então, dentro da própria cidade, está a Rocinha, que é pontuada pela mídia, Vidigal e outras tantas que estão no cerne da Capital, e é nessa área mesmo em que ocorrem os maiores embates e que nós vamos perceber, se os senhores me permitirem passar alguma coisa. Lógico, que é a síntese do que está aqui, as apreensões no dia-a-dia da corporação. Mas, tratando por tipo e calibre de arma, que pode ser algo que me venha a ser questionado, nós temos, em termos de armas nacionais e estrangeiras, dessas 83.096 armas, 59.246 armas são nacionais, 7.951 armas são confirmadamente estrangeiras. Aí, eu volto à minha palavra inicial, quanto ao restante, que vai em torno de 15 mil, não tenho ainda esse dado compilado porque rastreamento de armas compete à Polícia Federal, no caso do Estado, ao Comando Militar do Leste e à própria Secretaria de Segurança Pública com a Polícia Civil, que, acredito, já tenha vindo aqui. Então, dessas 15 mil, por certo, a grande maioria delas será de origem nacional e outras tantas estrangeiras. Então, a gente percebe que não vai flutuar e não vai modificar esse percentual de 70% para 30% de armas estrangeiras. E, no Rio de Janeiro, nós temos como característica principal, e aí falando como órgão de inteligência, na questão do crime organizado — é falado em uma vertente maior — nós tratamos como facções criminosas ou grupos que estão se articulando para imprimir a violência em certas áreas, onde a Polícia está presente nos confrontos, quando são feitas apreensões; há confrontos em que há baixa de ambos os lados. E, no Rio de Janeiro, não poderia ser dessa forma. Nós temos, no nosso Estado, como eu falei, áreas que a gente classifica em áreas de inteligência, como conflagradas, porque têm confrontos permanentes. Em busca de trazer a paz para essa população, nós estamos permanentemente nessas áreas, quer com policiamento ostensivo ordinário, que a Polícia Militar executa, quer com as ações complementares com as diversas unidades especiais, que possuem desde do BOE,



Batalhão de Operações Especiais, como as unidades do choque. As unidades dispõem de efetivo previamente qualificado para atuar nessas áreas, como é o grupo do GPAE, que atua em áreas de risco e tudo mais, em comum acordo com a população. Mas isso tudo não nos deixa minimizar as questões de confrontos diários. Só para que os senhores tenham uma idéia, há uma base de uns 50 confrontos que a gente tem em mês e, volto a falar, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, que é o que me cabe. Então, se me for questionado sobre a origem das armas estrangeiras, o que me parece já ter sido tratado aqui, é via Paraguai. Agora, tem um detalhe da área de inteligência, porque a gente busca entendimento maior, é que algumas dessas armas, que entram via Paraguai, saíram do Brasil legalmente, ou seja, foram exportadas. Mas elas entram e são encontradas com os traficantes nos morros do Rio e de outras cidades de maneira ilegal. Então, este é um outro problema que nós devemos ver: a questão de exportação de armas e o fato delas estarem caindo na mão do tráfico aqui de maneira ilícita. E, quanto às armas estrangeiras, no nosso caso lá, que a Polícia Militar apreende, e a gente já percebeu, são as armas oriundas dos Estados Unidos, de Estados como a Flórida, Ohio e Maryland; da Argentina, Buenos Aires; da Bolívia, do Uruguai e das Filipinas. Esses são os dados. Se os senhores me permitirem, poderia passar em um resumo rápido para os senhores, rapidamente. *(Pausa.)* Se os senhores me permitirem, tentei abreviar parte dos dados, do conhecimento que foi passado aí agora para os senhores, e aí eu acho que dá para os senhores entenderem e verem, como o nobre Deputado tinha perguntado em São Paulo, então, seguiremos anualmente, o período. Então, obviamente, os senhores estão vendo aqui, 2005, um patamar meio abaixo, mas isso daqui os senhores considerem esta data, maio. Se buscarmos o percentual disso, vai dar o mesmo índice, considerando o ano fechado. Então, os senhores percebiam que ela estava numa ascendente, até 2003. Aí, os senhores não de me perguntar por que diminuiu. Nós acreditamos que, por força do programa de desarmamento, isso daqui baixou o nível de armas no mercado para o próprio marginal. O que a gente percebe também, e aí, na documentação que está sendo entregue a V.Exa., é que muitas das armas, como já sabíamos, são armas que seriam legais. Mas aí, quando o cidadão é incomodado, é assaltado em sua residência, com arma e tudo, essa arma entra na criminalidade, porque o marginal leva e dali ela cai justamente nessa interface de criminalidade e ilegalidade. Os



senhores vejam que o número aqui já não é baixo, são 5.363 armas apreendidas, só nesses 4,5 meses, 5 meses, do total de 85.695 armas e artefatos explosivos apreendidos, volto a lembrar sempre aos senhores, pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Lógico que o Estado tem cifra maior, porque vão se somar aí as armas apreendidas pela Polícia Civil e geradas lá no relatório próprio deles e somadas ao da Polícia Militar. Aqui nós temos, na outra situação, já somente com o que eu falei, as armas. Lá, nós tínhamos armas e artefatos. Então, temos aqui um total de 83.096 armas de fogo. Percebemos que a situação é a mesma; poderia ser diferente. E aqui em razão de que, em 2004, por conta da...nós estimamos que seja a campanha de desarmamento, que tem desestimulado, e estamos percebendo que está diminuindo o número de apreensões de armas, mas é algo ainda assustador, como os senhores percebem. Aí, é a situação que eu falava aos senhores, de artefatos explosivos. Então, os senhores vejam que, em 99...a 2001, a situação cresceu. E aqui, mais ainda, os senhores haverão de perguntar o porquê dessa situação. Isso daqui foi quando se percebeu esse aumento, a partir de 2001, então, os órgãos de segurança pública do Estado, através da inteligência não só da Polícia Militar, da Polícia Civil e da Secretaria, começaram a mapear os seus paióis. À frente, os senhores vão ver. Então, tivemos mais eficiência e eficácia no combate em retirar das mãos dos marginais esse tipo de armamento. Mas não por isso deixamos de apreender durante anos. Observamos que houve uma diferença. Até 2003, 2004, tínhamos muita apreensão de granadas oriundas da Argentina, que são conhecidas como FMK2. A gente estimava que isso era por conta da guerra que houve, de um saldo que sobrou daquela guerra e, por facilidades outras, entraram clandestinamente no País e foram parar nas mãos dos traficantes, não só do Rio como de outros Estados. Lá, conseguimos descobrir alguns paióis, e hoje, sem muita... como festejar, pelo menos, esse tipo de granada não é mais apreendido. Em contrapartida, estamos apreendendo mais granadas tipo M3 e M20, que são granadas defensivas e ofensivas, e granadas industrializadas, o que denota mais preocupação pela entrada desse armamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Essas vêm de onde, coronel? Só para...

O SR. GILSON PITTA LOPES - Eu ainda, como eu falei para o senhor e consta no relatório, não nos mandaram totalmente o rastreamento, mas já



percebemos que algumas dessas granadas, infelizmente, fazem parte de lotes por muito tempo desviados das próprias Forças Armadas. Então, CEV, RJ, RJC, essa situação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quer dizer, daqui do Brasil, né?

O SR. GILSON PITTA LOPES - Daqui. Algumas delas daqui, outras não. Tem tudo explicado aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tá bom.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Este comparativo aí fizemos tomando por base somente o ano anterior e o ano em curso, obviamente, para fazer uma comparação e ver a quanto anda o acompanhamento disso na área do Rio de Janeiro. Como falávamos lá, está aqui, nesta cor mais escura, que é do ano de 2004, em que foram apreendidos, entre armamentos e artefatos explosivos, 15.099. E, de armas só, 14.358; granadas, 741. Já no ano de 2005, estamos com 5.363 armas e granadas apreendidas; 5.097 armas de fogo — maioria das armas nacionais —, e 266 artefatos, granadas, especificamente, apreendidas durante este ano. Aqui, o que... nós colocamos isso daqui para os senhores entenderem. Isso daqui são as áreas do Rio de Janeiro, onde verificamos ali, naquela parte maior, que tem mais de 32 mil armas apreendidas, é a área da Capital, Comando de Policiamento da Capital, CPC. A segunda área com maior número de apreensão, aquela roxa, 23.619, os senhores vão observar que é a área do 1º Comando de Policiamento do Interior, CPI, que agrega as regiões de Niterói, São Gonçalo, até a área da Região dos Lagos no Rio de Janeiro, Cabo Frio, Macaé, Rio das Ostras e outras. A terceira área, com 7.934 armas, é a área do 2º CPI, que é o sul-fluminense, área de Volta Redonda, Barra Mansa. Ali, a gente acredita que haja uma rota de entrada, tanto de drogas como de armas. Lá não existe ainda mercado consumidor de droga tão acentuado como a área da Capital, como os senhores verão à frente. E as que são não-categorizadas significa justamente aquelas áreas em que foram apreendidas, sem que uma dessas unidades que... disponha de...

(Intervenção ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quero só informar aos Deputados que essa documentação ficará à disposição deles. Os que quiserem, só requisitem a cópia lá para...requisitem com algum tempo, porque é muita coisa para



tirar. Então, requisitem de manhã que à tarde já deverá estar pronto para sua consulta.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Alerto a V.Exa. que, na verdade, aí tem muito mais do que o que estou passando aqui, porque coloquei tudo no papel, e no disquete tentei sintetizar o que eu julgava, pela área de inteligência, oportuno tratar com os senhores. Aqui, estamos no caso dos artefatos explosivos, aquilo que eu citava. Então, os senhores entendam, por favor, artefatos explosivos são granadas e aquelas de fabricação caseira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Por favor, me permita. Desculpe-me interrompê-lo de vez em quando, é porque depois a gente esquece e passa. Mas, até regimentalmente, eu não deveria fazê-lo, mas dou liberdade a todos os Deputados, se tiverem algum questionamento, porque talvez na mesma hora seja mais importante.

Pergunto o seguinte: vemos muita apreensão quanto a esses artefatos explosivos. No enfrentamento, já aconteceu de usarem esses artefatos contra a Polícia ou entre rivais, coisa assim, que o senhor tomou conhecimento?

O SR. GILSON PITTA LOPES - Não, isso daí não vou dizer que seja rotina no nosso Estado. Mas existem casos, com certa freqüência, no embate, no confronto armado. Por diversas vezes, a marginalidade lançou granadas de uso caseiro, essas bombas, e explodem... Essas que estão aí foram as que não explodiram, foram apreendidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Certo. Não, eu fiz a pergunta porque isso fica tudo registrado, para entenderem que isso aí não é só para ver, não, que realmente eles utilizam.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Não, utilizam isso daí.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Sr. Presidente, que fique também registrado que a Polícia Militar, no confronto, nunca arremessou uma granada contra quem quer que seja.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Não, justamente. As granadas que a Polícia Militar e o aparato policial utilizam são de efeito moral; as de gás, não, jamais. Essas granadas todas, e o senhor tem em mãos, estão com os registros. Todas elas foram apreendidas na delegacia. Aí, coube à Polícia Civil e ao Governo Federal rastreá-las e ver de onde elas se originaram. Todas elas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso só para mostrar a dificuldade que é, porque a Polícia tem a responsabilidade de não estourar granada, para que alguém da sociedade não seja ferido com isso. Mas é um negócio desproporcional, apesar da Polícia ter toda razão de agir dessa maneira, porque a primeira coisa é resguardar a vida da sociedade.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Até agradeço ao senhor pela pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Para ver como o policial se arrisca em operações desse tipo!

O SR. GILSON PITTA LOPES - Devo ter passado a falsa impressão que ali estão computadas granadas que explodiram, porque estas não dão para verificar qual a origem delas. Ali são granadas que foram apreendidas de marginais que fugiram e as largaram. Nós vamos ver em algumas ocorrências...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sabe porque faço essa pergunta? Porque esteve aqui alguém — a semana passada, não é Deputado Luiz Couto? — que disse que os marginais lá estão usando um lança-foguete usado, um que não pode ser recarregado.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Lança-rojão. Dá só um tiro. Aquilo é só para efeito psicológico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Que é só para intimidação. Como, na semana passada, falaram isso, eu não quero que entendam que eles não estão usando esse tipo de material. Eles estão usando e os policiais estão arriscando a vida nesse enfrentamento.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Não, eles estão usando e, inclusive, o que eu tentei passar para os senhores é que eles já têm técnica, obviamente, de prestar serviço obrigatório, de fabricar granada de tubo de PVC, de plástico e do mesmo jeito: botam pedaço de prego, vidro e bola de bilha ali dentro e ela vai com a mesma letalidade que uma granada dessa de fabricação industrial. Então, não é qualquer um que sabe fabricar isso. Tem de ter alguma... Eles estão... Há esse problema também. Quando a gente explica ali, artefato explosivo, a gente está agregando as industriais e essas caseiras. Não são poucas. Não são poucas, mas a gente já percebeu que, por conta das grandes apreensões das forças policiais e da baixa que eles estão tendo, eles estão procurando se aperfeiçoar nessa coisa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deixe-me entender. Essa pólvora para fabricação caseira é pólvora comum?

O SR. GILSON PITTA LOPES - É. Me parece. Eles devem ter tido também conhecimento de que forma eles conseguiriam... Isso está com a Polícia Técnica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ou um explosivo especial? Há um explosivo gel também, alguma coisa assim que eles usam.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Um explosivo gel. Então, que eles estão até, em alguns momentos, tentando aterrorizar, que vão entrar em presídio, mas no Rio nunca aconteceu isso, porque se apreende, se prende eles, mas eles têm essa técnica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Desculpe-me interromper. Pode continuar, por favor.

(Segue-se exibição de imagens.)

O SR. GILSON PITTA LOPES - Pois não. Pode passar essa parte. Aqui não dá, obviamente, para os senhores perceberem, mas o que está ali é justamente a comparação de todos esses períodos por área, por ano e a média que eu falei, que está aqui: média diária de armas apreendidas, 34 armas aproximadamente. Isso oscila de 30 a 40 armas apreendidas pela Polícia Militar do Estado. Nesse gráfico aqui, procuramos retratar por tipo de arma. Então, foi perguntado. Parece que eu já estava imaginando, mais ou menos, o tipo de indagação que tem ali. Os senhores percebiam o número acentuado de revólveres que são apreendidos pela Polícia no Rio: 35.966 revólveres, no período lá de 2001/2005; 9.954 pistolas; 704 fuzis; 284 metralhadoras; 704 carabinas; 10.614 espingardas, armas de caça; 385 escopetas; 2.084 garruchas. Outras armas ali, que a gente não teve, eram armas raspadas e tudo mais, só com perícia. A gente preferiu colocar como "outras" e aguardar, como a perícia nos manda, e a gente vai aprofundar esse conhecimento ali. Então, 2.616 armas que estão, no caso, sendo rastreadas para ver qual a natureza delas. Granadas defensivas, 1915. De efeito moral, 296. E outras, 306. Então, entenda-se essas artesanais. Aqui, nós temos a situação já por calibre. Nós falamos lá por tipo de arma e aqui por calibre e percebemos que o pico maior continua de arma nacional, 38 revólveres; logo a seguir, 32, bem maior. Após aqui, calibre não informado. São as armas que são raspadas e tudo mais — carece de perícia — 5.868 armas. E temos as armas de calibre restrito e bastante letais: 80, 95, 223, que



é de fuzil. Temos ainda 556, 139; 762, 416; 9 milímetros, 2.225 armas. Tudo isso armas de calibre restrito. Aqui, procuramos identificar para os senhores, como foi perguntado, essa situação dentro dessa totalização de armas apreendidas, as nacionais, estrangeiras e de marcas não informadas. Marcas não informadas a gente compila ali, porque são aquelas que estão... que o tráfico, a gente entende que ele roubou de alguma pessoa que tinha arma de maneira lícita e, para não ser de imediato detectado, eles raspam e tudo mais. Então, nós aguardamos a perícia, mas mesmo assim isso daqui denota em termos de 71%, e aqui vai dar 19 vírgula qualquer coisa por cento. Então, quer dizer, está dentro daquela faixa de 70% a 30% para as armas nacionais, num total de 83.096. Aqui é o que eu já adiantei para os senhores. Detalhe: isso aqui são armas apreendidas pela Polícia Militar de origem estrangeira e que nós já tivemos o resultado do rastreamento. Ali, como está fontes: SINTE e CML, ou seja, Subsecretaria de Inteligência e Comando Militar do Leste, que são os órgãos responsáveis por esse rastreamento. Então, tivemos a resposta de 46 armas rastreadas, sendo que, dessas 46 armas rastreadas, 30 têm como origem o Paraguai; outras 7, os Estados Unidos; 4, a Argentina; 2, na Bolívia; 1, no próprio País, Brasil; outro, como eu já tinha falado, nas Filipinas e no Uruguai. Então, isso daí é o que a gente chama inteligência, conhecimento. É coisa confirmada, porque já foi passado pelo rastreamento e nos foi informado sobre aquelas armas que a Polícia Militar apreendeu durante esse período. Aqui, nós colocamos em termos percentuais, então, anda lá: 66% do Paraguai; 15% dos Estados Unidos; 9% da Argentina; 4% da Bolívia; 2% do Brasil; 2% das Filipinas e 2% do Uruguai. Isso daí, esta tabela junto com aquela outra que nós passamos, e a fonte é sempre a mesma, que é fora da corporação. Aqui, algumas ocorrências, respondendo até ao que Deputado nos questionou sobre como isso é apreendido. Então, para os senhores terem uma idéia do embate diário da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro com o crime organizado lá nos seus redutos. Como os senhores percebem ali, essa ocorrência se deu recentemente. Vamos considerar um mês atrás, a 22 de abril deste ano, no Morro do Vidigal, Zona Sul do Rio de Janeiro, cuja facção que interfere nessa área é o Comando Vermelho, que está ali abreviado por CV, e ação foi pelo Batalhão de Operações de Polícias Especiais do Rio de Janeiro. Lá naquela localidade, naquela ocasião, os policiais entraram. Foram recebidos por disparos de arma de fogo. Os senhores entendam ali aquele DAF como abreviação de disparo



de armas de fogo. Houve confronto. Foram atingidos 2 criminosos. Foram socorridos para o Hospital Miguel Couto. Faleceram. Com eles, foram apreendido um menor de 17 anos. Mas, simplesmente, eles estavam com 2 fuzis Ruger, 1 HKG 3, além de maconha, cocaína, “cheirinho da loló”, carregadores para fuzis 556, calibre ponto 30. Então veja bem o grau de letalidade das armas que ele utiliza, porque ali não tem nenhuma arma calibre 30 apreendida nesse momento. Nós já apreendemos em outros momentos lá. Isso significa que eles possuem esse tipo de armamento. E como temos ali no final, e tem que ser assim, a ocorrência foi conduzida para a Polícia Civil, no caso, a 15ª DP, que é na Gávea, onde foi feito o auto de apreensão contra um menor preso de 17 anos, e o registro de ocorrência está lá, e o TRO da guarnição do BOPE que atuou nessa ocorrência. Por favor. Ali é em outro setor também na Zona Sul, no Catete, no Morro de Santo Amaro, o Comando Vermelho também, área de 2º Batalhão de Polícia Militar, em março desse ano, quando uma guarnição incursionou aquela localidade e onde foram encontrados, os senhores vejam, numa ocorrência só, um... dois... três... quatro... 5 fuzis, 2 pistolas e 7 granadas defensivas, além de maconha, 1 quilo de cocaína, cartucho de 762, fuzil 9 milímetros 556. E, como os senhores percebem ali, foi tudo conduzido pra Polícia Civil, que é a responsável pelo registro e acompanhamento de todo e rastreamento desse material. Pois não. Temos ali também outra favela que é pontuada pela imprensa: Jacarezinho. Já fica na Zona Norte do Rio de Janeiro, o Comando Vermelho, e os senhores hão de pensar que é só Comando Vermelho. Não, nós vamos ver isso aí à frente, que tem outras. Eu peguei as ocorrências maiores e mais recentes. A de fevereiro desse ano, a mesma situação de confronto com guarnição do batalhão, onde foram apreendidos 1 fuzil, 1 espingarda calibre 12, ou melhor, 2 espingardas calibre 12, uma pistola 9 milímetros, uma granada defensiva, essas de fabricação caseira, 2 granadas ofensivas sem marca, então a industrial, cocaína e rádio transmissor e encaminhados pra delegacia. Por favor. Aí ainda na Zona Norte do Rio, na favela Furquim Mendes, que fica em Jardim América, o Comando Vermelho, área do 16º Batalhão, já no ano passado, onde foram apreendidos 2 fuzis Ruger e 7 granadas defensivas industriais, mais uma granada de fabricação caseira, maconha, cocaína, “cheirinho da loló”, fardamento camuflado, que eles usam muito, além dessas inscrições que eles costumam utilizar — no caso do Comando Vermelho, *Paz, justiça e liberdade* — e encaminhados pra delegacia com seu RO e



tudo o mais. Por favor, pode passar. Aí nós estamos vendo, ainda na área do centro do Rio, Morro da Coroa, Catumbi, facção criminosa já mudou: é o Terceiro Comando, Amigo dos Amigos (ADA), área do 1º Batalhão. Isso fica ali próximo ao Batalhão de Choque, pra quem conhece o Sambódromo. Em cumprimento a mandado de prisão, a guarnição foi ao local. Houve disparo contra a guarnição, mas os marginais se evadiram e, porque isso ocorre também, abandonaram 1 fuzil sem marca 762 — provavelmente deve ser IMBEL, como tem ali depois no restreamento —, 11 granadas defensivas — ali, por favor, uma correção: não é FMK-3, é FMK-2; são aquelas granadas argentinas de que eu falava para os senhores — e 40 quilos de maconha e mais meio quilo de cocaína e levados pra delegacia para o registro e rastreamento. Por favor. Temos aí outra favela na Zona Sul, São Conrado. Ação do BOPE de novo; incursão lá numa localidade que tinha onde foi apreendido todo esse material, todos esses carregadores, metralhadoras. Os senhores vejam ali: 9 carregadores pra submetralhadora Madsen 40 tiros, um carregador pra fuzil G3 de 30 tiros e mais isso, e isso tudo encaminhado pra delegacia da área. Pois não, pode passar. Aí o Complexo do Alemão, na área de Bonsucesso, área norte do Rio de Janeiro, também no ano passado, em agosto, em que fora apreendido todo esse material pelo Batalhão de Operações Especiais. Os senhores percebam que tem muitas ações e com maior eficiência e eficácia do BOPE, porque isso tudo segue um planejamento a que são carreados todos os levantamentos e estudos da área de Inteligência e, quando eles atuam, já vão de maneira pontual, já sabendo que naquela área ele vai encontrar isso. E é por conta dessa letalidade que se aplica, pra não ter desdobramento na população da área, o batalhão que tem qualificação pra isso. Então os senhores percebam que ali foram, só nessa ação, apreendidos um... 3 fuzis... 4 fuzis... 5 fuzis... 6 fuzis... 6 fuzis, 2 granadas defensivas e mais aquele material todinho ali. Por favor, pode passar. O Comando Vermelho de novo na Rocinha, mais fuzis apreendidos e armas de grosso calibre, como o calibre 12, e pistola 380, 9 milímetros, Browning e outras armas. E ali algumas coisas que eles escrevem justamente pra estimular, depois de drogado, o enfrentamento com as forças policiais: *Gostamos da paz, mas não fugimos da guerra. Cem por cento, Rocinha*. Isso daí é lema do tráfico do Comando Vermelho, quando atuava naquela época, 2004, na Rocinha, que hoje é a outra facção, a ADA. Por favor. Favela da Metral, na Zona Oeste, em Bangu, 27 de abril de 2004. A mesma situação: fuzis



apreendidos, pistolas 9 milímetros, cocaína, 1 quilo de cocaína. E é importante a gente atentar o seguinte: ainda que essas áreas e que essas ações elas sejam alimentadas pela área de Inteligência, quem vai combater isso é o Policial Militar fardado. Então, em sua consciência, pra Polícia Militar, reconhecidamente, de maneira ostensiva, fardada, viatura e todo o seu aparato lá apreender 1 quilo de cocaína, 40 quilos de maconha, dá pra ver que toda essa droga e armamento que está chegando ao Rio e que não nasce lá, ela teria como ser estancada em outros Estados, e não teria o destino final do Rio de Janeiro. E se questionarem a Polícia, o que é que está fazendo, é tudo isso aí que os senhores estão vendo. Por favor. Aí é um exemplo daquelas armas que foram apreendidas lá na tal da favela do Metral: armas que por vezes são desviadas de quartéis; por vezes são atingidas guarnições da própria força policial em que eles roubam esse armamento, e nós temos que buscá-los.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Coronel, uma arma dessa, quantos metros ela atinge assim em tiro?

O SR. GILSON PITTA LOPES - A de precisão, isso daí é na faixa, segundo os especialistas, a 2 mil metros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Dois mil metros, imagine o risco.

O SR. GILSON PITTA LOPES - E esse é o grande problema. Esse é o grande problema. Dos anos 80 para cá, a diferença do tráfico, do narcotráfico no Brasil é exatamente essa, são as entradas das armas de longo alcance. Até antes dos idos de 80 a gente percebia que tinha era pistola. Então, o marginal, ele não tinha muito o que enfrentar, a não ser com...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Aí é 150, 200 metros. Agora é 2 mil metros.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Agora ele está lá em cima do morro. Está lá em cima, entra... O ponto de observação, falando militarmente, é dele, porque ele está em cima de um morro e o vale está lá embaixo, os logradouros. Ele dispara de lá e eles não têm compromisso em acertar quem acertam. É a história da bala perdida: vai e encontra um inocente. E é contra isso que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado.



O SR. GILSON PITTA LOPES - E volto a dizer: não só no Rio de Janeiro, mas o Rio de Janeiro, a parte dele que chega lá, ele está tentando demover e enfrentar. Essas ocorrências todas que nós estamos trazendo para os senhores aí são ocorrências que têm registro, e todas essas armas foram encaminhadas para a Polícia do Estado, a Polícia Civil, que encaminhou pra fazer os seus respectivos rastreamentos e remeteu algumas até, à época, para o próprio órgão federal, como tinha que ser, porque não deveria mantê-lo em paiol.

(Segue-se exibição de imagens.)

Aí nós temos o que nós conhecemos como Morro do Dendê, na Ilha do Governador, que, à essa época, 2003, tinha lá como preposto do tráfico o Terceiro Comando. Hoje já é uma outra facção, que eles chamam de TCP, se autodenominam de TCP, que significa Terceiro Comando Puro, que é mais uma dissidência. E, por conta disso, a área de inteligência entende que enquanto eles estiverem se dividindo eles estão se enfraquecendo e facilitando o combate das forças policiais, porque pior seria a gente ter no Rio de Janeiro — e a gente já comentou sobre isso — uma facção como o PCC, de São Paulo, e é o único e já com outro tipo e outro perfil. Graças a Deus, nós não temos ainda no Rio de Janeiro. Aqui é a Vila dos Pinheiros, em Bonsucesso. Pra quem acompanha muito pela mídia, que gosta, isso daí fica dentro do tal do Complexo da Maré, que é ali próximo à linha vermelha, à linha amarela, saída de quem desembarca no Rio de Janeiro via aeroporto internacional, da Ilha do Governador. Então, como os senhores verão aí, nós teremos uma grande apreensão, que foi no ano de 2001 e, se não me falha a memória, estava até então o Secretário de Segurança, o atual Deputado Josias Quintal esteve até... aquela ação também foi da Polícia Militar. Foram muitas armas apreendidas, foi um paiol que nós descobrimos por conta de interceptação devidamente autorizada, e, quando fomos lá, como se costuma dizer, com intervenção cirúrgica, já sabíamos o que nós iríamos encontrar, como nós encontramos. Morro do Adeus, ainda da época do marginal já morto, um tal de Uê, que dominava e se encastelava nesse morro, que é um vale. Pra quem não conhece, fica em frente ao Morro do Alemão. E aí tinha o grande problema para as forças policiais. De um lado era o Terceiro Comando, ADA, desse Morro do Adeus; do outro lado o Comando Vermelho, o Complexo do Alemão. No meio disso, a Polícia Militar e a Polícia Civil. Aqui, para fugir um pouco à área da grande Capital, a



área do norte fluminense do nosso Estado, Campos dos Goytacazes. Em Campos, lá não tinha ainda a facção criminosa, mas, naturalmente por terem percebido que cresceu o mercado consumidor de droga — e a gente sabe que o respaldo está nisso; isso é um mercado, a lei da oferta e da procura da droga —, então, pra lá hoje já se pontuam algumas facções criminosas que até então se viam só na área da Capital. Então, nesse embate aí foi apreendido todo esse material, lá em cima, em Campos. Aqui no Morro da Mangueira também, em 2002, a mesma situação. É uma área que o Comando Vermelho tinha como um dos QGs dele. Hoje já está praticamente todo o Comando Vermelho. A Cúpula do Comando Vermelho está presa em Bangu I e nos demais, e o grande problema dos enfrentamentos que a gente entende, pela área de inteligência hoje no Rio de Janeiro, é justamente por conta dessa idade tenra dos criminosos que estão na rua, que vai de 15 a no máximo 20 anos, porque os grandes traficantes estão presos no Complexo Penitenciário de Bangu e, de lá, de alguma forma, eles conseguem mandar recados e estimular esse tipo de criminalidade na parte externa. Aqui Favela de Manguinhos, outra também da Zona Norte, atrás ali do Instituto Oswaldo Cruz, na Avenida Brasil, e com a mesma situação de fuzis apreendidos. Morro da Mineira, lá atrás, naquele complexo da Frei Caneca, onde têm os marginais trancafiados e, atrás, aqueles morros lá, onde os marginais tinham todo esse armamento. Ali é a ocorrência que eu falava para os senhores, em maio de 2001, no Complexo da Maré, na Vila dos Pinheiros. À época existia esse binômio de facção, que hoje não existe mais, TC/ADA. Hoje eles estão separados. Mas, naquela ação, foi num paiol subterrâneo que foi levantado todo aquele armamento ali. Os senhores vejam: 1... 2... 3... 4... 5... 6... 7... 8 fuzis. Oito fuzis apreendidos dentro de um paiol — ali deram um baque violento —, um lança-granada. A origem, Estados Unidos. Vinte e nove granadas defensivas, a famigerada FMK2, aquelas granadas que foram desviadas da Guerra das Malvinas, que a gente andou rastreando isso daí, e todo esse armamento. Registro, à época, da 21ª DP, que é em Bonsucesso, o RO, o Registro de Ocorrência ali, comprovando toda essa ação da Polícia Militar. Aí era mais ou menos...Tinha uma outra foto aí, do Coronel, hoje Deputado, visitando lá o alçapão dele, mas nós achamos por bem não colocar, então deixar aí, pra ver o aparato todinho que foi estourado, àquela ocasião, de um paiol descoberto. Hoje, por conta dessa ação aí, nós sabemos que os traficantes não mais estão “grupando” em um



único paiol as suas armas. Então ele pulveriza. Então, quando perde, perde menos. Então, nós temos também que diversificar os grupamentos que entram nas favelas pra combater esse tipo de ilegalidade. Aqui voltamos às apreensões de fuzis, que eu falei para os senhores, desde 1999 a 2005. E já estamos, considerando 22 de maio deste ano, 67 fuzis apreendidos, volto a falar, pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e, nesse período, 946 fuzis. Isso em confronto direto com a marginalidade. Estão ali os números, anos e tudo o mais. Por favor. Aqui está, na proporção, pros senhores entenderem, cada uma, ano a ano — aquele mesmo gráfico, mas em outro formato. O mesmo número. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está chegando o Coronel que estava na foto, aquela. *(Risos.)* E o Deputado Josias Quintal é Vice-Presidente também desta Comissão.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Pois não. Sim, senhor. Então, aqui também nós estamos já tratando dentro daquilo que nós falávamos, embora não fosse objeto da CPI, que é de Tráfico de Armas, mas nós entendemos, e já escrevemos algumas coisas na época. O próprio Deputado e Secretário de Segurança sabe do respaldo que são as armas para o tráfico de drogas. Por isso que nós julgamos oportuno tratarmos aqui sobre essa questão das facções criminosas. Então, os senhores entendam: CV, Comando Vermelho; ADA, Amigo dos Amigos; TC, Terceiro Comando; TCP, Terceiro Comando Puro. Ali era que no momento estava sem facção, são “esticas” e, lá, outras que não tinha como informar de momento. Nós compilamos tudo isso, dos 946 fuzis. Por favor. Aqui, para os senhores terem uma idéia — e nisso tudo já de uma outra forma, entrando aqui —, comparativo de 2001 a 2005, até abril. Então, nós temos aqui o somatório. E aqui nós estamos tratando somente de armas de fogo, já excluimos os artefatos. Quando os senhores, por favor, verificarem *(ininteligível)*, isso é um documento de inteligência do próprio órgão de inteligência da Polícia Militar do Estado Maior, a PM2. Então, aqui faz, no dia-a-dia... Que o senhor até perguntou ao meu antecessor se tinha algum órgão que tratava no Estado do Rio de Janeiro. Não tem um órgão, tem vários, inclusive pra dirigir suas ações. Então tem da Polícia Militar, que é um subsistema, do qual eu hoje sou o chefe; tem o outro subsistema...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E tem uma delegacia especializada também.



O SR. GILSON PITTA LOPES - Tem, especializada em armas, a DRAE.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu estranhei não ter em São Paulo isso.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Tem a DRAE, que é o Dr. Carlos Oliveira; tem o Dr. Valdec, que é do CINPOL, da Coordenadoria de Inteligência da Polícia Civil, além da própria Subsecretaria de Inteligência, que é o órgão central no Estado hoje. Pois não, pode passar. E aqui, dentro do que eu tomei a liberdade de tratar com os senhores, eu trouxe, atualizada, a questão de facção criminosa hoje no Estado do Rio de Janeiro. Então, como a gente percebe, ainda é o Comando Vermelho o que dentro de áreas do Estado possui mais áreas em que ele interfere, com 54%. Logo a seguir, a gente percebe que vem a ADA, Amigos dos Amigos, com 9%; e o terceiro, o Comando Puro, com 8%. Essas outras facções, ou seja, essas 3 outras facções, TCP, ADA e TC, em verdade, também eram uma única facção; elas se dividiram, e aí se tornou mais fácil o combate a elas. E aquela área que está ali com 24% nós vamos perceber mais à frente que é a área do sul fluminense, que não tem a facção com predominância e, sim, “estica” de outras áreas. Aqui nós estamos vendo já especificamente a área da Capital do Rio de Janeiro e onde se acentua ainda a presença do Comando Vermelho, logo a seguir, da ADA e, próximo a ela, esse Terceiro Comando Puro. Eu acredito que, em termos de tráfico de armas, alguns dos meus antecessores devem ter tratado, no caso do Rio de Janeiro, a figura do Robinho Pinga, que se está pontuando muito e com armas para dentro do Estado do Rio de Janeiro. Então, é da área da Zona Oeste e da Ilha do Governador, que está foragido ainda da Justiça. Aqui é a situação da Baixada Fluminense, em que a gente percebe um número bem maior, um percentual bem maior do Comando Vermelho. É reduto desse marginal que está preso em São Paulo, Fernandinho Beira-Mar, e a presença já marcante, que até então não existia. Esses dados, gostaria de pontuar para os senhores, foi atualizado em março e anteriormente não se percebia a presença dessa facção aqui, então demonstrando que eles estão num expansionismo e dividindo áreas com outro, tomando, em invasões e...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Sr. Presidente, só uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É o Terceiro Comando o quê?

O SR. GILSON PITTA LOPES - Puro.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Puro.

O SR. GILSON PITTA LOPES - É a figura do Robinho Pinga.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Só uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E esse não foi preso ainda?

O SR. GILSON PITTA LOPES - Não. Ele foi preso uma vez em São Paulo e aí foi liberado. Acredito que isso deva ter sido tratado aqui em outro instante, mas ele é hoje figura de destaque na marginalidade.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Só queria uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O Deputado Neucimar Fraga é Vice-Presidente da Comissão também.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Não, a dúvida é sobre Robinho Pina?

O SR. GILSON PITTA LOPES - Pinga.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Pinga?

O SR. GILSON PITTA LOPES - Pinga. Está ali (*inaudível*) dele, com nome completo.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Está ali? Ele está foragido?

O SR. GILSON PITTA LOPES - Foragido.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mas ele foi solto ou ele fugiu da prisão de São Paulo? Sabe ou não?

O SR. GILSON PITTA LOPES - Eu respondo a V.Exa.. Eu sei, por mim e pela imprensa, porque isso foi em São Paulo. Ele foi preso, certa vez, 2 anos atrás, parece-me, em São Paulo. Agora, como ele obteve a liberdade, aí eu não sei. Sei que ele está solto e não anda pelo Rio de Janeiro, porque nós estamos na captura dele.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - E o Marquinho Niterói, tem alguma facção dessas que ele faz parte?

O SR. GILSON PITTA LOPES - Não, Marquinho Niterói, até onde nós da Polícia Militar temos conhecimento, ele é enleado com o próprio Fernandinho Beira-Mar e faz parte, vamos dizer assim, de um triunvirato que reza no Comando Vermelho. Entre outras figuras, o próprio Fernandinho Beira-Mar, que está fora do Estado, não tem muita vez, mas o Marquinho Nepomuceno, que é do Complexo do



Alemão, o Isaías do Boréu, e ele também pontua com esse pessoal, fazendo alguma coisa em termos de armas, distribuição de armas para essas facções criminosas.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Ok..

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Esse que não tem facção, que sempre tem uma referência muito grande, é porque vocês não conseguiram identificar ou porque não existe mesmo facção, 14% aquela?

O SR. GILSON PITTA LOPES - Se V.Exa. me permitir, como eu falei antes, existem algumas áreas, e ali nós estamos tratando da Baixada Fluminense, em que a questão da oferta e procura não é muito acentuada. Então, o traficante, como isso é um mercado econômico, não interessa a ele ter ali uma facção dominante. Então, o que ele faz? Ele vai numa dessas áreas — é o que a gente chama de “estica” — onde está vendendo a droga mais barato, ele vem pra cá e trafica. Então, quer dizer, ali é sem facção; é onde o mercado dele, ilícito, está oferecendo a droga em preços mais baratos, porque eles não têm um mercado consumidor em potencial — porque nós estamos aqui tratando da Baixada. Na área da Capital, se puder voltar, o senhor não enxerga isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Seria alguém que estaria traindo o comando da facção, estaria fazendo um serviço paralelo?

O SR. GILSON PITTA LOPES - Não. Se o senhor me permitir, no momento em que eles percebem que ali tem um mercado em expansão, tem oportunidade pra ele vender mais, uma dessas facções se estabiliza. Essa é a situação.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Entendi.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Aí está o grande exemplo do que nós estávamos falando. Se o senhor verificar, 91% são sem facção. Isso daí é o sul fluminense. Aí serve, na verdade, em algum momento, como rota, entrada lá por Volta Redonda, Barra Mansa e tudo mais. E, meses atrás, esses percentuais eram irrisórios, como esses que estão aqui: zero vírgula zero, zero não- sei-o-quê, e, por conta de algum outro momento lá, a faculdade, que a gente sabe que tem, e outras situações, a gente já percebeu que as facções começaram a se espalhar pra aquela área, sobretudo o Comando Vermelho. E isso daqui a gente já percebeu que é muito na área de Volta Redonda. Então, essa área aqui que o senhor vai ver, 91% significa que não tem tráfico? Tem tráfico, mas não tem interesse ainda econômico da facção em dominar aquilo. Aqui, de forma sintetizada, volto a dizer da maneira com que a



Polícia Militar, polícia ostensiva, fardada, viatura, devidamente é percebida pelos marginais, pela população, ela atua dentro do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Então os senhores percebem que, no caso da cocaína, até 24 de maio, aí eu volto a dizer, o normal já (*ininteligível*), já preparado pra vender — e esse é o normal —, 7.827 sacolés de cocaína. Em contrapartida, volto a lembrar aos senhores: nós apreendemos, nesse período, 7 quilos de cocaína. Isso não é normal pra uma polícia ostensiva, porque a Polícia, por ela estar fardada, ela vai atuar em cima do varejo, boca de fumo e tudo mais. Mas a situação de droga já está entrando tanto que a polícia ostensiva, ela já está fazendo apreensões que a gente considera fora da rotina, com quilos e grama. Da mesma forma é em maconha. O normal seria apreender trouxinhas de maconha, cigarros ou outra forma, não em quilo. E, no entanto, a gente, nesse período ali, em abril, até 24 de abril, menos de 1 mês, 43 quilos de maconha foram apreendidos pela Polícia fardada. Então é isso daí que a gente está pontuando dessas entradas de drogas e armas no nosso Estado, sabendo-se que o Estado do Rio de Janeiro não produz droga e não produz arma; sabendo-se — e sempre nós acompanhamos aqui o trabalho dos senhores, de quem tem prestado depoimento aqui — que a rota vem do Paraguai, passa pelo Mato Grosso, vai no Paraná, vem a São Paulo, passa por Minas e Rio de Janeiro. Então já passou por diversos outros Estados. Então é esse o sentido maior. Ainda mais, em chegando no Estado do Rio de Janeiro, não há outra forma senão o combate direto, como está havendo nos morros, e a Polícia combatendo como ela tem que combater. Ali é uma síntese que a gente procurou fazer para os senhores, e, volto a lembrar, está tudo ali naquele documento — ainda que documento de inteligência, melhor do que os senhores para tratar disso não teria ninguém —, para os senhores perceberem, no período de janeiro de 1999 a maio de 2005, considerando o dia 22.

(*Intervenção inaudível.*)

O SR. GILSON PITTA LOPES - Não, foi lá o período analisado. Apreendido: 17.726 quilos de maconha, 17 toneladas de maconha, pela Polícia Militar do Rio de Janeiro — ainda tem mais que da Polícia Civil —, 4.082 quilogramas de cocaína, 4 toneladas de cocaína, 2.372 quilogramas de *crack*. Era uma droga que não entrava no Rio, e a gente já está percebendo que o Comando Vermelho, por conta do combate sistemático que ele está sofrendo, ele, para fazer dinheiro e comprar



drogas e armas, ele está deixando, está infiltrando na juventude, na população lá o crack, que isso só tinha, pelo menos nós tínhamos conhecimento, era em São Paulo. E agora, no Rio, isso está chegando, haxixe, e somando isso tudo aí, todos esses quilogramas ali, tonelada: 21.852 quilogramas de drogas. No ano de 99, apresentou-se como de maior apreensão 3.310 de maconha contra 1.452 de cocaína, 11,92 quilos de haxixe, totalizando 4.775 quilogramas de substância entorpecente. A segunda maior apreensão, registrada no ano de 2003, está ali pontuada, e a terceira, registrada em 2001, com praticamente o mesmo percentual do ano de 2003. Por favor. Para demonstrar aos senhores a atuação da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, aí têm os números de prisões efetuadas de 2004 e 2005, que, se fosse buscar outros anos, seria um gráfico muito maior. Então, os senhores percebiam que até abril de 2005, nesse fechamento... antes de fechar já existiam 981 marginais presos pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e a média é em torno de mil, 1.100 marginais que são conduzidos, presos pela Polícia Judiciária no nosso Estado. A média está ali: 1.106,07 marginais presos. A fonte é o documento de inteligência da própria corporação da PM2. Por aqui eu dou por encerrado. Teria muito mais, mas tomarei muito mais o tempo dos senhores. Eu julguei que seria mais oportuno disponibilizar esse material para V.Exa..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não. Eu agradeço muito, Coronel. Pode sentar aqui, por favor, de novo, que talvez tenham algumas perguntas ainda. Eu peço pra acender a luz aqui. E agradeço muito essa exposição, que veio bastante completa.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Aqui é o telefone de lá, o nosso telefone funcional, o e-mail da *(inaudível)*. Quem queira se corresponder conosco não precisa se identificar, sem problema nenhum... *(inaudível)*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Em primeiro lugar, eu quero informar à CPI: aqui têm 2 Vice-Presidentes e um Deputado muito atuante na nossa CPI. Eu quero, Deputado Luiz Couto, informar que nós recebemos hoje e se apresentaram pra trabalhar na CPI — eu estou comunicando oficialmente, até pra registro em ata, pra depois eles poderem mostrar ao Departamento também — o Dr. José Antônio Dornelles de Oliveira, que está ali de pé pros Deputados que quiserem conhecê-lo, e o Dr. Orlando Rincón Júnior. São 2 delegados federais que estarão atuando, a partir de hoje, conosco, aqui na CPI. Eu peço aos delegados que depois



me ajudem a trazer os agentes e os escrivães também que estarão trabalhando conosco. Mas sejam muito bem-vindos. Eles já têm umas 3, 4 missões, mais ou menos, pra cumprir, fora todo um trabalho de investigação. que eles serão os grandes assessores nessa área de investigação, pra assessorar o trabalho desta CPI.

Então, agradeço a presença dos 2 delegados entre nós aqui, e estão sempre à disposição dos Deputados pra qualquer dúvida que queiram tirar.

Agora, com a palavra o Deputado Neucimar Fraga, nosso Vice-Presidente também.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente, quero parabenizar o Coronel Gilson Pitta Lopes pela excelente demonstração aí apresentada, o gráfico, através dos dados estatísticos, o trabalho realizado pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Normalmente, a gente acompanha pela televisão as cenas de violência do Rio de Janeiro, os constantes conflitos entre traficantes, e até passam a impressão, para a sociedade e para a população brasileira em geral, como se a Polícia carioca fosse uma polícia inoperante que não combatesse o mal, dados os muitos conflitos por que passa o Estado do Rio de Janeiro. Mas o demonstrativo apresentado aí mostra o contrário: a atuação da Polícia; os dados apresentados — 85 mil armas, num período de 5 anos — são dados alarmantes; os calibres das armas apreendidas. Vimos: só este ano, mais de 600 fuzis já foram presos pela Polícia Militar do Rio de Janeiro.

Portanto, quero parabenizar aí os comandantes da Polícia Militar do Rio de Janeiro e aqueles policiais que têm desempenhado sua função e prestado um bom serviço. Mas me restam algumas dúvidas.

Esses dados apresentados pela Polícia Militar são de armamento apreendido exclusivamente pela Polícia Militar ou nós temos operações em conjunto com a Polícia Federal ou os números da Polícia Federal deverão ser somados a esses ou essas são as apreensões totais realizadas no Estado do Rio de Janeiro nesse período?

O SR. GILSON PITTA LOPES - Como V.Exa. bem disse, quem não conhece a situação de combate à criminalidade no Estado do Rio de Janeiro às vezes se surpreende com esses números e com a eficiência das forças policiais. E eu volto a dizer: esses conhecimentos, falando em área de inteligência, ou seja, já foi



processado e confirmado. Tudo que eu trouxe para os senhores é informação, reconhecimento, é certeza. São de cunho exclusivo de ações da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, ainda que, quando ocorram essas operações, que já ocorreram de forma integrada... Quer dizer, aquela parte que coube à Polícia Civil ela vai e soma à sua estatística, de forma diferenciada, a da Polícia Federal, como nós temos tido algumas operações integradas da mesma forma, e a Polícia Militar, por ter na sua estrutura uma segunda sessão, como é o caso que eu chefiar, que é responsável pelo acompanhamento de inteligência e aquilo que interessa à alocação de recurso humano da instituição, então ela fecha a estatística, sobretudo da Polícia Militar, de armas e drogas, porque no entendimento do Estado e da própria Polícia Militar, como não poderia ser diferente, o respaldo da droga está nas armas de fogo. Nós buscamos. Isso são só números da Polícia Militar, da atuação da Polícia Militar.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Então eu acho que nós deveríamos até inclusive solicitar informações da Polícia Civil e da Federal, principalmente do Rio, saber os números de apreensões também nessas duas polícias, porque aí só os números apresentados pela Polícia Militar, que nós já entendemos que são números alarmantes, somados às apreensões feitas pela Polícia Civil, pela Polícia Federal e quem sabe até pelas Forças Armadas, nós vamos ter números reais de apreensões no Estado do Rio de Janeiro. E isso aí são todos os armamentos apreendidos já durante um trabalho de repressão da Polícia, trabalho de inteligência. Nenhuma dessas apreensões faz parte de interceptação de armas que chegariam a Estados.

Foi tudo arma apreendida já no destino, no Estado do Rio de Janeiro, ou algumas dessas armas foram apreendidas durante o deslocamento do Estado de origem, como São Paulo, vindo do Paraguai, foi interceptado antes de chegar nas favelas, ou todo esse armamento é fruto de apreensão nos galpões, nas casas, em operações de confronto com bandidos no Rio de Janeiro?

O SR. GILSON PITTA LOPES - Volto a afirmar ao senhor, acontece o seguinte: a Polícia Militar é responsável constitucionalmente pela polícia ostensiva. Então, essas apreensões, esses números que têm aí são do dia-a-dia de ações do policiamento ostensivo da Polícia Militar. Aquelas operações que o senhor se reportou, objeto de interceptações, essas estão fora da alçada, da atribuição da Polícia Militar. É lógico, como o senhor mesmo já pontuou, se buscarmos no Estado



pela Superintendência de Polícia Federal, ela vai ter outros números dela. Somados a esse serão outros tantos. Da Polícia Civil, pelo menos nós entendemos, porque o senhor há de convir que ela é Polícia Judiciária, e ela faz sim a investigação, então, o número que o senhor irá obter dela é o somatório do que a Polícia Militar já apreendeu. Então, ela vai apreender o total. Então, quer dizer, somado como força policial do Estado e responsável por todo o registro, flagrante e tudo mais, no caso da Polícia Civil, ela terá um número menor, mas não por ser mais ou menos eficiente; é porque a atribuição dela é investigativa. Então, é nesse ponto. O senhor, o que o senhor falou é oportuno, realmente: é buscar o que a Polícia Federal apreendeu. Nós até temos. Mas eu fui convocado enquanto Chefe do Serviço de Inteligência da Polícia Militar e eu estou autorizado a tratar pela minha corporação. É nesse sentido.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Nós temos percebido, aqui nesta Comissão, que praticamente muitas operações que foram bem desenvolvidas, desencadeadas, na apreensão de armas, a participação de policiais... Nessas apreensões foram identificados também Policiais Militares ou oficiais envolvidos com...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ou civil também.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Ou civil ou federal com ligações a essas armas apreendidas?

O SR. GILSON PITTA LOPES - Como já ocorreu aí, em data pretérita, e não tão pretérita assim. Essa parte, como eu volto a dizer, cabe à investigação. E ela está sendo feita pela própria Secretaria de Segurança, o órgão de inteligência, que é o órgão de cúpula, que é a Subsecretaria de Inteligência, que trabalha não só com a PM2, como o CINPOL. E essa responsabilidade desse andamento, enquanto não fere somente a crime da envergadura militar, que aí seria do nosso fórum — é crime de, como o senhor está falando, contrabando de armas ou tráfico de drogas —, os maus policiais que foram enviados a isso eles foram devidamente responsabilizados. No caso de Policiais Militares, excluídos da Corporação e apresentados ao cumprimento da lei. Mas isso ficou, essa apuração, respondendo ao senhor... no nosso caso, no Estado do Rio de Janeiro, fica assim, até mesmo para dar isenção e imparcialidade, não para transmitir alguma coisa em termos de corporativismo com a Polícia Civil.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só perguntando, já que está nesse limite, porque eu acho que tem muita gente... Eu sou, por exemplo, Delegado Federal de carreira, estou como Deputado. O dia em que eu não for Deputado eu volto a ser Delegado Federal.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - *(Risos.)* Mas eu quero dizer, por exemplo: foi preso agora um tenente-coronel do Bombeiro.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Bombeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vocês tinham alguma noção da participação desse tenente-coronel nesse problema do abastecimento aí do tráfico de armas?

O SR. GILSON PITTA LOPES - Especificamente a PM2, não. A PM2, ela procura buscar entendimento em profundidade ao que a gente chama de público interno policial militar. O órgão de inteligência como um todo, sabe-se, existem alguns militares de outras forças, inclusive Forças Armadas, mas isso daí cabe a cada órgão de inteligência robustecer os mecanismos de investigação. E quem está responsável por essa apuração, no caso desse coronel do Bombeiro, volto a lembrar... Existe no sistema de inteligência do Estado um órgão próprio que trata disso, que é a BM2, ou seja, o órgão central de inteligência do bombeiro do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - AB?

O SR. GILSON PITTA LOPES - Não, BM2. Tem PM2 de PM e B de Bombeiro Militar. Então é o órgão central que tem com relação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eles não atuam juntos não, BM e PM?

O SR. GILSON PITTA LOPES - Não, atuam quando têm que atuar juntos. Mas as coisas, como se trata de Bombeiro Militar, então ele tem uma própria instituição que tem um órgão de inteligência e busca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quem centraliza tudo isso é a subsecretaria?

O SR. GILSON PITTA LOPES - Quem centraliza é a Polícia Civil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É a Subsecretaria, essa de inteligência?



O SR. GILSON PITTA LOPES - Não, é a Secretaria de Segurança Pública, o Estado em si e a própria Polícia Civil, que leva tudo isso e entrega.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quem é o Subsecretário de Inteligência?

O SR. GILSON PITTA LOPES - Subsecretário do Estado de... É o Coronel Romeu, Romeu Antônio Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas esse faria o levantamento de civil, militar, tudo?

O SR. GILSON PITTA LOPES - De tudo isso daqui, da área de inteligência. Mas o que estão nos perguntando, isso daí caberia à Polícia Judiciária, e ela o faz, independente de ser Policial Militar, Policial Civil, Bombeiro Militar ou outro funcionário estadual. Quem apura tudo isso, respondendo ao senhor melhor, se me permitir, é a Polícia Civil. No nosso caso é a Polícia Civil. Enquanto não se vislumbra o crime militar, a esfera é a da Polícia Judiciária.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Então, se nós quisermos identificar...

O SR. GILSON PITTA LOPES - ...quantos policiais estão envolvidos...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA -...quais os policiais que já foram citados ou envolvidos no crime...

O SR. GILSON PITTA LOPES - Não, já foram citados, não, é a Polícia Militar. Se os senhores precisarem disso é somente encaminhar documento, porque existe um outro aspecto. A atribuição do órgão de inteligência, pelo menos no nosso Estado, está descentralizada. Existe Corregedoria Interna de Polícia Militar. Então, acompanhamento de desvio de conduta de Policial Militar e de Policial Civil e de Bombeiro Militar no Estado do Rio de Janeiro existe órgão específico. Lá está tudo descentralizado. Então, respondendo ao senhor, se o senhor quiser saber quantos policiais, quais os policiais que nesse período que o senhor vai estabelecer estiveram envolvidos e foram punidos ou excluídos, aí o senhor é junto a essa atribuição. A Secretaria, como um todo, ela responde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu queria saber uma coisa. Tem alguma informação, em caráter reservado, que poderia ser passado à CPI? A gente poderia tornar a sessão reservada.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Não, o senhor está dizendo o quê, da PM2?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, não, não, não. Independente de PM2, de qualquer coisa. Eu digo alguma coisa que esteja suspeito e coisa que não seria interessante tornar público ainda e tal...

O SR. GILSON PITTA LOPES - Não, o que nós tínhamos a tratar, volto a dizer, ainda que com os documentos todos de inteligência, está sendo entregue ao senhor. Toda a *(ininteligível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não teria nada em caráter reservado que seria interessante.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Nada. Estou aqui só tentando responder aos senhores...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, independente de fulano ou beltrano. Isso daí não é problema.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Não há, não há nada em caráter reservado a ser transmitido, além do que já foi passado com essa linha de análise e todos os conhecimentos.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Só para concluir a última pergunta, Sr. Presidente.

Diante desse trabalho todo que foi feito na área de inteligência da PM no Rio de Janeiro e desse número de apreensões — para nós é surpresa... mas, dentro da visão que vocês têm do potencial que é o Rio de Janeiro tanto pra receber essas armas pelo conglomerado, que o senhor falou, da criminalidade, as facções, vocês acreditam que esse percentual apreendido é representativo ou representa quantos por cento daquilo que acha a Polícia que circula de armamento ilegal no Estado do Rio de Janeiro, somente de armamentos pesados, como fuzil, as armas inclusive das Forças Armadas, ou vocês entendem, a Polícia entende, a Inteligência entende que o número de armas apreendidas corresponde realmente ao fluxo daquilo que circula no Estado ou a apreensão representa 10%, 20%, 30% do que está circulando hoje no Estado do Rio de Janeiro de arma ilegal?

O SR. GILSON PITTA LOPES - Se V.Exa. me permitir, esse é o tipo de pergunta que não tem resposta, mesmo porque o senhor deve estar lembrado que eu tratei que a gente ia falar aqui de Polícia Militar e que as armas e drogas entram por outros Estados. Se a área federal, ela não ...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Me dá licença, Coronel? Só uma licencinha. Estou passando a Presidência ao Deputado Josias Quintal.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Pois não. Concluindo, se nós não temos o total de armas que entram no País, como nós vamos tentar criar aqui percentual? Para nós, esse é o 100%, foram as armas que foram apreendidas no Estado. Agora, o quanto isso corresponde em entrada de armas no País tem que se juntar o que a Polícia Federal apreende e outras forças e ver principalmente na fronteira o que passa. Aí nós podíamos, de tantos lotes, se estivessem todas elas identificadas, lotes e tudo o mais — o que os senhores eu sei que estão concorrendo pra isso... Daquele lote que foi apreendido lá em Foz do Iguaçu, “xis” foi apreendido lá e outro “xis” aqui, a gente poderia ter um parâmetro. Mas por enquanto não. Nós temos do Estado do Rio de Janeiro, que é tudo isso aí. Mas tudo isso sendo apreendido, como eu passei para os senhores: 30 a 40 armas pela Polícia Militar, por dia, 20 a 25 fuzis por mês, nesse sentido. Agora, o que isso significa para o tráfico não tem órgão nenhum, eu desconheço no mundo, que tenha isso. Fala-se, por metodologia, que a gente desconhece que corresponde a um quinto, outros a um terço. Mas qual o parâmetro que foi tomado? Então, quer dizer, eu falo pelo meu órgão, essas 100% de armas que a Polícia Militar apreendeu.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Quintal) - Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Coronel Gilson, em primeiro lugar, parabenizá-lo pela apresentação dos dados que V.Sa. traz sobre aquilo que a Polícia Militar do Rio de Janeiro faz no sentido de apreensão de armas no trabalho ostensivo que a Polícia faz e no confronto direto com a bandidagem. E V.Sa. colocou um aspecto importante: que o tráfico de armas no Rio de Janeiro está vinculado ao tráfico de drogas. E V.Sa. coloca, dos dados que foram colocados aí, que o Comando Vermelho parece ser a grande força do crime organizado, em segundo lugar o Terceiro Comando puro, que já tem uma incidência muito grande, tanto no tráfico de drogas como no tráfico de armas.

Quando V.Sa. coloca algumas operações que foram feitas, de apreensão, aparecem alguns morros do Rio de Janeiro. Mas eu gostaria de saber o seguinte: há um morro que é citado por outros delegados, que é o Morro da Pedreira; pelos



dados que V.Sa. coloca não aparece o Morro da Pedreira, aparece com muita incidência o Complexo da Maré, que V.Sa. coloca, e Rocinha, Morro do Adeus etc.

Eu pergunto a V.Sa.: a questão do tráfico de drogas e do tráfico de armas tem sido um combate efetivo da Polícia Militar; em todas as apreensões os senhores encontraram armas e drogas — isto é real: em todas as operações estavam presentes arma e drogas? Podemos concluir que a vinculação do tráfico de armas e de drogas no Rio de Janeiro é uma vinculação permanente?

O SR. GILSON PITTA LOPES - Se o senhor me permitir, eu não falo, nesse aspecto eu não falo só em Rio de Janeiro, eu falo no País.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, mas como V.Sa. colocou...

O SR. GILSON PITTA LOPES - *(Ininteligível)* no Rio de Janeiro, sim — isso há muito já se concluiu e, pelas ocorrências que nós trouxemos ao senhor, e até uma parte aqui... Se o senhor me permitir, o senhor me falou em Morro da Pedreira, na documentação que está entregue, há aqui o Morro da Pedreira...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ah, ótimo.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Porque é como eu falei, eu ia me estender. Tem muito mais.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Morro da Pedreira, Costa Barro, Facção Criminosa do Terceiro Comando, e a Polícia atuando. Então, tem.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Muito bem.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Então, tem. Morro da Pedreira e outros morros; Morro do Juramento... o que não falta é morro — está tudo ali.

Agora, essa questão que a gente tratou aqui pelo entender de inteligência, e não tem como fugir, e V.Exa. já percebeu isso de imediato, que a toda ação ordinária da Polícia Militar, o dia-a-dia, que ali não é ah, fez uma operação agora para prender aquilo, não, é o dia-a-dia da corporação. Infelizmente, como os senhores mesmo trataram, as pessoas não têm conhecimento do quanto as forças policiais do Estado — não é só a Polícia Militar —, a Polícia Civil, a Polícia Federal, a própria Polícia Militar, agem e retiram.

Agora, o complicado disso tudo vai exatamente na pergunta que me foi formulada antes: o quanto isso corresponde, o quanto está entrando, e a entrada não é nossa. Agora, tem respaldo: a droga caminha com a arma. Por quê?



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Isso em todo o País?

O SR. GILSON PITTA LOPES - Porque quando o marginal vê a presença ostensiva do policial, civil ou militar, a primeira coisa que ele faz, dos anos 80 para cá — eu demonstrei isso —, com a entrada de armas de longo alcance, ele não precisa ficar no confronto corpo a corpo; ele está lá em cima do morro, ele dá um tiro para baixo. Do Morro do Alemão ele dá na Estrada do Itararé e não quer saber quem está atingindo, se atingiu policial ou inocente. Aí fica bala perdida. Os marginais mandam o morro descer, que foi o policial, e aí fica aquele embate: foi bandido, foi polícia, até que a perícia vai descobrir que não foi a arma do policial.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Armas poderiam ser armas de troca para o tráfico de armas ou armas também...

O SR. GILSON PITTA LOPES - Drogas, é consignado... Aí tem outras interfaces de que a gente não tratou: roubos de carro, celulares — aí já é outra... Eu até não tratei desse assunto porque eu já saí pra facção criminosa (*ininteligível*)...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Aparecem muitos celulares, de diversas companhias...

O SR. GILSON PITTA LOPES - Que hoje, o que a gente entende no Rio, que o combate está sendo sistemático — e não podia ser de outra forma, não por estarmos na presença do Deputado Coronel Josias Quintal, mas desde a época nós tínhamos esse entendimento, e a determinação era que procurássemos os reais responsáveis por isso, e hoje todos eles estão em Bangu I. E aqui fora, tem uma jovialidade fora por problemas desestruturados de família, religião e tudo o mais, que não me cabe analisar aqui, e isso vai se desdobrar na ação da Polícia. A consequência é onde nós atuamos, Polícia Civil e Militar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Coronel, o senhor colocou um aspecto que é o número de armas de fabricação, de explosivo de fabricação caseira. Tem aumentado isso aí? Tem aumentado?

O SR. GILSON PITTA LOPES - Dentro da área de inteligência — vou falar, que é meu perfil maior e onde eu atuo — a gente já percebeu isso há algum tempo. Por quê? Os senhores hão de convir que com esse combate sistemático e retirada de 85 mil armas, e eu fiquei mais... Vou levar até pros meus superiores esses dados, porque isso é muito importante. Porque o Estado do Rio de Janeiro, percentualmente, ele apreende mais do que São Paulo. Foi falado aqui: São Paulo,



86 mil armas. A Polícia Militar, só a Polícia Militar. E, pelo que eu entendi, foram as 2 Polícias em São Paulo. Só a Polícia Militar, ela apreendeu 85 mil, 659 armas num Estado que comparativamente a São Paulo é bem menor. Agora, as coisas no Rio têm outro tipo de repercussão. Mas não é por inércia do aparato policial, não. Pelo contrário. Os senhores viram que ele está sempre atuante, ainda que sendo vidas ceifadas, não só da população, mas de nossos companheiros, no dia-a-dia, nos confrontos. Ontem os senhores devem ter visto a ação da Polícia Militar, e nós estávamos lá, na retirada daquelas barricadas no Complexo do Alemão — quantas são colocadas, quantas são retiradas. Então, a presença é diuturna, da corporação, nesse sentido.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Um outro aspecto, Coronel. V.Sa. colocou a procedência dessas armas e V.Exa. colocou Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia...

O SR. GILSON PITTA LOPES - ...Paraguai, Estados Unidos, Bolívia, Filipinas...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Há um inquérito com a Polícia Civil parece de armas que teriam vindo do Suriname, se aparece também por essa rota.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Aí nós vamos entrar na questão de rota, né? Aí é o que eu falei: rota, nisso a Polícia Militar não atua, porque...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu digo, mas V.Exa., como da Inteligência, tem...

O SR. GILSON PITTA LOPES - Não, eu tenho, nós temos esse dado sim, que tem rota vindo de Suriname. Sei inclusive que nós temos isso ainda como dado, como se fala em Inteligência, e precisamos aprofundar. E até nessa rota utilizam-se de animais, como a gente já viu aí: cobras jibóias e outros, macacos e tudo o mais. Eles já estão diversificando a sua forma de entrada de drogas. E nós sabemos que uma das rotas é Suriname, mas a gente está fora dessa rota. O Rio em si está fora dessa rota.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E V.Exa. não... Por que tem uma...

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Me permite, Deputado Luiz Couto, só pra dizer: está fora em termos, porque aquela degravação do Marquinho Niterói, ele estava encomendando 400 AK-47 do Suriname, não é?



O SR. GILSON PITTA LOPES - É, mas a gente também não pode perder de vista que o Marquinho Niterói como o Fernandinho Beira-Mar e outros traficantes eles não entram só com drogas e armas para o Rio de Janeiro, tem outros Estados. Lá do Suriname até chegar ao Rio passa por muitos Estados.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - O Marquinho Niterói, o senhor acha que atua em quantos Estados aí?

O SR. GILSON PITTA LOPES - Tem, tem, tem. Tem vínculo em outro. Há até ainda dados não confirmados, mas nós tínhamos...

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Mas ele deu a entender ali, Coronel, naquela degravação, ele deu a entender que ele, o Elias Maluco e outros, esses são todos de atuação ali no Rio mesmo.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Mas por outras CPIs, os senhores devem estar acompanhando — enquanto órgão de Inteligência isso nos interessa e a gente vive reunindo elementos...

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - O senhor tem que compilar tudo o que sai em todo o canto.

O SR. GILSON PITTA LOPES - ... que parte desse material há bem pouco — tempo estava todo o Governo Federal pra lá — foi parar no Espírito Santo, e, o próprio Marquinho Niterói, ele tinha braço lá. Então, não é necessariamente Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Lá no Espírito Santo.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Interessante é que outras CPIs chegaram a isso.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Coincidentemente...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ele ia sempre pro Espírito Santo.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Por isso que eu estou falando para o senhor que de Suriname...

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - ...o Fernandinho Beira-Mar também.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Também, ele abastecia. Eles são abastecedores, eles entram nesse sistema. Aí já é pelo órgão federal, eu já estou falando até fora da minha ambiência.



O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Só enfatizando a pergunta do Deputado Luiz Couto... Do que é seu conhecimento. Vamos tirar aí o aspecto regimental e os limites regimentais que existem.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Pois não.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - O senhor como cidadão, agora, do que tem conhecimento, quais seriam as principais rotas de abastecimento e os métodos?

O SR. GILSON PITTA LOPES - As rotas de abastecimento e, ainda que como cidadão eu tenho que me pontuar no Estado do Rio de Janeiro, o que eu tenho são as rotas vindas mesmo do Paraguai e dos países fronteiriços com o nosso País. Em algumas rotas delas passando por São Paulo, especificamente por Campinas, que é sempre citada, a cidade de Campinas, e chega ao Rio. Em algum momento, quando o Fernandinho Beira-Mar estava fora, Juiz de Fora. Isso tudo já foi confirmado.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Campinas, então, teria aí uma intermediação.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Teria. São Paulo seria uma intermediação. Porque a gente vai sempre se situar nos anos 80. E o senhor, como delegado de Polícia Federal, com certeza sabe até mais do que eu porque tem toda abrangência do País em território nacional. Mas nós sabíamos o quê? Que o Fernandinho, enquanto estava em Minas, ele atuava em outros Estados e era um dos abastecedores do Rio. O Rio era um pedaço dele. Então, quer dizer...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nesse aspecto, quer dizer, o Fernandinho Beira-Mar, o Marquinho Niterói e outros, eles abastecem...

O SR. GILSON PITTA LOPES - Provavelmente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ...o País todo de armas.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - E o Marquinho e o Fernandinho?

O SR. GILSON PITTA LOPES - Estou dizendo que em algum momento eles têm alinhamento para outros Estados. Não é só o Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não. Estou dizendo que eles abastecem de armas organizações criminosas em outros Estados.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Não é à-toa que se vinculou...



O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Ou é uma extensão, só para perguntar, Coronel, o Marquinho e o Fernandinho são do Comando Vermelho?

O SR. GILSON PITTA LOPES - São. Por aí que a gente associa eles.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - E a expansão maior que existe é a do Comando Vermelho?

O SR. GILSON PITTA LOPES - Era no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Ou aquele Terceiro Comando Puro está começando a...

O SR. GILSON PITTA LOPES - Se formos falar em termos de Rio de Janeiro e expansão, hoje eles estão estanques, tanto é que eles dividiram. Já mostrei ali. Há um momento no Estado em que a gente vê essa abrangência maior e a hegemonia do Comando Vermelho. Mas ali nós estamos falando em termos de Estado. Mas se nós pensarmos naquele gráfico que está com os senhores, da área da Capital... E por que me reporto à área da Capital? É onde tem o maior mercado consumidor e onde tem o dinheiro. Ali o senhor, como o senhor até observou, não tem área cinzenta, não tem mais o que dividir. É dividir, desculpe a expressão, é no tapa, é no confronto entre eles e o embate entre as forças policiais que está acontecendo. E eles perdendo. Então, não existe. A hegemonia em termos de facções, não de organização criminosa, acontece, agora, se for buscar de forma absoluta vai dar...

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Falando nisso, me permite, Deputado Luiz Couto, me chamou a atenção uma coisa. Falando de facções, eu me lembrei agora, quando o senhor falou me chamou a atenção. O senhor disse: Felizmente, nós não temos uma...

O SR. GILSON PITTA LOPES - Uma única facção. Porque dividir é enfraquecer.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - ... uma única facção. Isso que eu queria entender. Por exemplo, São Paulo tem uma única facção. Qual seria, por exemplo, as vantagens e as desvantagens disso? Porque eu vejo algumas desvantagens em ter várias facções. Por um lado, eu entendo que enfraquece, mas, por outro lado, dá essa disputa que gera um conflito danado. Agora, a sua visão eu acho interessante e tendo a concordar com ela: uma facção hegemônica é muito pior, só que ela não aparece tanto, não é verdade?



O SR. GILSON PITTA LOPES - Sim, é. Por São Paulo, o senhor me permita, eu não vou falar, porque eu não conheço nada da criminalidade a não ser o vínculo do PCC com o Comando Vermelho. E, aí, provavelmente, o órgão de inteligência e a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, com certeza, tem muito mais profundidade nesse assunto. Pelo Rio de Janeiro, e até simplesmente por esse fato e pelo cunho militar que nós temos, Polícia Militar, a gente sabe muito bem que dividir é enfraquecer. Então, no Rio de Janeiro, entre eles, eles já não estão se entendendo, por conta de praticamente toda a liderança da criminalidade de uma facção e de outra estarem trancafiadas. E o que está ocorrendo? Aí nós vamos entrar por outros desdobramentos, que envolvem seqüências outras que não da área de segurança pública, como eu citei, questões de ordem social. Aí eu vou cair em outro campo. Agora, eu tenho como convicção que a posição nossa nos favorece nesse sentido. Porque, enquanto eles estiverem entre si não se entendendo, vai facilitar o combate nosso e até mesmo identificá-los, como está sendo feito em termos de “lideranças” — aspas, porque não são lideranças —, porque, a todo momento, prende um e tem outro. Então, este é o grande problema: a menoridade, a cooptação para o crime de menores, por outros problemas, que eu também não tenho aqui detalhes a fornecer aos senhores. Mas, para nós, tem sido de forma positiva para a gente chegar a esses reais criminosos — como eu tenho mostrado aqui aos senhores essas prisões todinhas aí e apreensões de drogas e armas (*ininteligível*) policial.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Há uma proliferação dessas organizações criminosas nos presídios de vários Estados. Isso se deve também a essa ida e vinda de criminosos que estariam num presídio, depois, seriam encaminhados de lá e estariam também organizando essas facções?

O SR. GILSON PITTA LOPES - Acredito que não. Isso daí aconteceu muito — Eu não era da Polícia Militar ainda, mas eu sei, eu tinha que estudar tudo isso — no início da tal da Falange Vermelha, que deu origem ao Comando Vermelho, lá na Ilha Grande; mas hoje, não, hoje, eles já chegam dizendo que é de facção A, B ou C, até mesmo por localização onde reside uma turma.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.



O SR. GILSON PITTA LOPES - Então, não é intramuro. Lá pode haver uma ou outra cisão e dali eles se realocarem numa facção ou em outra, mas não com esse cunho de lá dentro estar saindo esse pensamento.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas um exemplo é o Fernandinho Beira-Mar que esteve em vários presídios do nosso País. Enquanto ele esteve, é claro que ele sendo chefe de uma organização, tentou, naquele local, também deixar uma célula da organização dele.

Aqui nós ouvimos uma pessoa que serve ao crime e disse que, em alguns Estados, já havia essa vinculação, por exemplo, do PCC com outro Estado.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Servindo...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Do Comando Vermelho no Terceiro Comando.

O SR. GILSON PITTA LOPES - ... na Bahia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, isso existe. Mas o que eu queria saber do senhor é com relação à questão do paiol que o senhor mostrou. O senhor mostrou um paiol que foi em 2001...

O SR. GILSON PITTA LOPES - Lá no Complexo da Maré, em Bonsucesso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Outros paióis foram identificados ou só esse?

O SR. GILSON PITTA LOPES - Foram. Na favela de Jacarezinho.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quantos? Quantos, mais ou menos?

O SR. GILSON PITTA LOPES - Ah! Não. Aí eu teria que fazer...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não tem esses dados?

O SR. GILSON PITTA LOPES - Não. Mas não foram poucos, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não.

O SR. GILSON PITTA LOPES - É só o senhor entender que — eu vou sempre me reportar a essa figura —, para a Polícia Militar chegar num lugar de maneira ostensiva e apreender esse armamento há todo um planejamento, toda uma ação, não só da Inteligência, como da própria unidade da área. E o senhor viu ali que eu aponte algumas ocorrências em que foram apreendidos 5 fuzis. E 5 fuzis não são achados assim de um dia para o outro, não. Então, aquilo foi um momento. E eu me reporte a isso. Quando os marginais perderam — na época, quando o coronel Josias era Secretário —, aquele paiol lá na Maré, eles perceberam que eles



não poderiam centralizar num único local todo armamento e droga, então, pulverizaram. Então, a tendência das forças policiais é encontrar o quê? Menor, mas com o mesmo grau de detalhidade: 5 fuzis. Um fuzil que seja, ele já vai fazer um estrago muito grande contra a população e contra as forças policiais. E essa é nossa meta: acabar com todos eles.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor falou também de lotes desviados das Forças Armadas de armas.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Não, não, rotas?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não. Lotes de armas que foram desviadas.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Não. O senhor está se reportando a algo que já aconteceu há bastante tempo atrás. E sabia-se — isso daí eu não recordo o ano — que tinha sido desviado um lote de granadas da antiga SEV, que hoje nem existe mais, a Companhia de Explosivo Valparaíso. E elas, em um dado momento, foram encontradas e, vez por outra, ainda são encontradas nos morros do Rio de Janeiro, utilizadas contra as forças policiais. Mas isso já demanda muito tempo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Na apresentação 2004 há um aumento de explosivos artefatos, ou seja, há maior dificuldade para o contrabando de armas ou é porque os bandidos estão utilizando mais desse tipo de armamento como explosivo, granadas?

O SR. GILSON PITTA LOPES - Ali nós entendemos que, por força das ações das forças policiais do Estado do Rio de Janeiro — Polícia Militar e Polícia Civil —, eles perderam muito de seu armamento e, com o aprendizado que tiveram, em algum momento de suas vidas, eles passaram a fabricar esses artefatos caseiros de PVC — que nós comentamos aqui. Então, foi nesse sentido que nós tratávamos em 2004, que foi onde houve derrame e apreensão maior de artefato explosivo construído de maneira artesanal. É nesse sentido que a gente apontou aí.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Na apresentação, dá para identificar o percentual de armas roubadas? Porque algumas delas ficam sem identificação, não é?

O SR. GILSON PITTA LOPES - É. O trabalho da Polícia Militar se encerraria quando ela apresenta a ocorrência na delegacia. Ali, é o trabalho da Polícia Judiciária. Então, cabe a ela rastrear tudo aquilo. Mas, enquanto órgão de



inteligência, nos interessa saber de onde esse material está sendo retirado. E como os senhores têm aquele material que nós estamos deixando, daquilo que nós solicitamos, nós pontuamos ali só 46. Daquelas, nós sabemos, agora, de todas aquelas outras que estavam como não-informadas, ou que eram raspadas, isso ainda está sob rastreamento. Acredito que o Dr. Carlos Oliveira, da DRAE, tenha vindo aqui e tenha falado sobre rastreamento e o quanto isso demanda de tempo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Aí é por outra instituição normalmente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O número de fuzis, agora, em 2005, até abril...

O SR. GILSON PITTA LOPES - Sessenta e sete.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sessenta e sete. Tem crescido essa incidência de...

O SR. GILSON PITTA LOPES - É a origem que o senhor está falando?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Se tem crescido com relação a outros anos?

O SR. GILSON PITTA LOPES - Não. Dentro do que nós pontuamos para o senhor, a média de 16 a 20 fuzis está dentro do que a ...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Por mês...

O SR. GILSON PITTA LOPES - Mas aí é porque a Polícia só quer apreender 16 ou 20? Não. Ela sabe que isso é o mínimo, então, ela vai em busca. Então, sempre aumenta. Agora, a origem desses fuzis demanda tempo para que a gente saiba de onde eles foram desviados. Porque, na grande maioria deles, os senhores percebem isso naquela transparência, está lá: sem número, número raspado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Que o marginal faz, e ainda bota CV e não sei o quê. Agora, o órgão encarregado pelo rastreamento desmonta e diz de onde a fábrica é, se é dos Estados Unidos, da Alemanha, e aí vai nos informando. Mas o que nós temos de momento desses 67 é que eles são 67. Alguns identificados: Ruger, que é americano. Essas situações todinhas, outros estão raspados. E nós temos que aguardar o resultado da perícia do rastreamento para afirmarmos qual é a origem deles.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Interessante, coronel, quando nós tivemos aqui outros depoimentos, um deles falou sobre uma ação em que a Polícia Federal identificou uma quadrilha que trazia munições e explosivos. Em todo o trabalho de inteligência da Polícia Federal, identifica que, ao chegar ao Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, no Galeão, eles paravam na favela da Maré. E V.Sa. diz que a favela da Maré tem uma incidência muito grande em termos tanto de drogas como de armas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pela ordem, Deputado Luiz Couto, nós vamos precisar agilizar, porque está começando a Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Só esta pergunta e concluo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Quando a gente fala Maré, no caso, quem conhece o Rio de Janeiro sabe que a Favela da Maré não é a Favela da Maré, é o Complexo da Maré.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não. É o Complexo da Maré.

O SR. GILSON PITTA LOPES - São 17 favelas. Então, só por esse número já dá... São 17 da Maré.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eles paravam no complexo da Maré.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Aí quando fala parar no Complexo da Maré, qual favela? O Complexo da Maré, para o senhor entender, é o único local no Rio de Janeiro que opera todas as facções.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Todas as facções.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Uma parte dela é ADA, a outra parte é TCP, a outra parte é CV, e por aí vai. Então, dizer que parou na Maré é muito relevante.

Agora, eu entendo que a Polícia Federal tem os locais exatos e isso é uma operação dela.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - As armas iam para o Morro da Pedreira.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Morro da Pedreira. Aí, no Morro da Pedreira, se a gente for pensar nisso, ela pararia na Vila dos Pinheiros, porque é a mesma facção da Vila dos Pinheiros. Aí, já entra a área de inteligência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Aí, é o Terceiro Comando?

O SR. GILSON PITTA LOPES - Não. Era Terceiro Comando, agora, é ADA, que é da Vila dos Pinheiros, Vila do João, Conjunto Esperança, área do Caju.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

Obrigado, Deputado Luiz Couto.

Deputado Josias Quintal, por favor.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Sr. Presidente, eu, na verdade, não tenho que fazer perguntas ao Coronel Pitta, porque já as fiz ao longo de muitos anos de convivência. Mas é uma pena que a presença do Coronel Pitta se dê num dia de certo marasmo nesta Casa. É uma pena que a gente não pudesse ter uma palestra, uma exposição do Coronel Pitta num plenário da Casa, de modo que todos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só para fazer uma observação: estas notas taquigráficas serão lidas por todos os componentes da CPI, pode ter certeza.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Então, isso me anima a falar um pouco mais.

Eu quero iniciar dizendo para os Srs. Deputados, fazendo uma referência ao Coronel Pitta. O Pitta é o exemplo claro de uma plêiade de policiais que tem o Rio de Janeiro: abnegados, corretos, honestos, dedicados, estudiosos. Ele faz parte de um grupo que se entrega totalmente a isso, e que foram capazes de produzir um trabalho de inteligência. E essa pequena amostragem permitiu aos senhores fazerem uma avaliação.

Então, o Rio de Janeiro tem problemas seriíssimos de violência, de criminalidade. Eu diria até que, se a CPI, se o Brasil estudar o Rio de Janeiro profundamente, vai entender toda essa questão do crime aqui no Brasil. Porque ali nós temos, de fato, todas essas amostragens, todas essas possibilidades. A topografia do Rio de Janeiro, com 942 favelas, facilita a presença do crime organizado, das facções instaladas em cada uma dessas regiões, o próprio envolvimento de uma parcela considerável das populações de cada uma dessas comunidades, por força da condição social, por força de toda uma conjuntura, que já vem de muitas décadas. Então, passou a haver envolvimento. Os meninos, os traficantes, as lideranças do tráfico são nascidos ali, em grande parte, são criados naquele ambiente, são produzidos ali, naquele meio. E isso vai continuar assim, infinitamente.

Nós tivemos a oportunidade, durante o tempo que trabalhamos lá, de prender todas as lideranças conhecidas: 49 líderes conhecidos. Foi um trabalho enorme, de



grande esforço. Mas todos foram substituídos de algum modo. Então, entender o Rio de Janeiro é entender como essa coisa se processa, não só no Brasil, como também na América.

Eu poderia sintetizar dizendo aos senhores que essa questão do narcotráfico é uma questão de lei de mercado: se tem um grande público que consome, tem alguém que vende. O negócio é rentável, isso vai acontecer. E tudo começa lá fora. Começa com os barões das drogas no Paraguai - que o senhor conhece muito bem, já visitou lá; continua com os barões na Bolívia, no Peru, na Colômbia. Então, eles têm rotas para a Ásia, para o Caribe, para a África, para a América do Sul. Aqui no Brasil, o caso Beira-Mar representa muito o exemplo de um traficante, de um QI elevadíssimo, embora voltado para o mal, que cresceu na confiança dos barões da droga no Paraguai, depois, lá fora, ele se tornou um grande comprador e um grande vendedor. Quer dizer, ele conhecia a anatomia do crime, ele conhecia a geografia do crime aqui no Brasil, e conhecia a fisiologia do crime. Então, por isso, ele se tornou um homem de confiança e um grande vendedor de drogas. Na verdade, ele não foi do Comando Vermelho, mas, num certo momento, ele passou a ser Comando Vermelho. Fernando Beira-Mar era de todas as facções, era um vendedor para todas as facções. Ele tanto vendia na Paraíba, em Pernambuco, em São Paulo, no Rio Grande do Sul, como no Rio de Janeiro e em Minas Gerais - muito em Minas Gerais. Então, ele era um vendedor no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - No Paraná.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - No Paraná e em todos os Estados. Ele tinha essa possibilidade. O Marquinho Niterói, o Leonardo, e outros nomes muito importantes faziam parte desse esquema. E existem outros fazendo a mesma coisa, por quê? Porque nós temos uma grande quantidade de consumidores. O Coronel Pitta mostrou a apreensão de armas, a quantidade enorme de armas e de drogas, também. Agora, imaginem os senhores o que não é apreendido? Imaginem os senhores, somente nas favelas do Rio, nas 942 favelas, onde há tráfico e onde há consumo! Não há uma rua no Rio de Janeiro, não há uma rua em qualquer Município do Brasil, acho, que não tenha alguém que não seja viciado e que consuma. Então, os senhores não têm idéia, não podem imaginar o volume de drogas que realmente circula nessas cidades. A Polícia alcança apenas uma parte, uma pequena parte.



Nesse sentido, eu tenho que fazer - me alongando um pouquinho mais - algumas críticas. A Polícia do Rio é conhecida pelo lado ruim — O próprio Governo, muitas vezes, se encarrega de vender uma imagem ruim da Polícia, que já tem o sentimento de aversão universalizada, e o Governo potencializa isso. Isso é motivo de muitas críticas nossas, de desencontros nossos —, mas ela tem grandes quadros. A Polícia do Rio prende quase 3,7 pessoas por hora — 3,7 pessoas por hora são presas no Rio de Janeiro. A Polícia do Rio de Janeiro, com todos os desmandos, com todos os problemas, botou no xadrez, chegou lá na condenação e no cumprimento de pena de mais de 30 mil pessoas, que compõem os quase 40 presídios que tem o Rio de Janeiro, e mais, tem 125 mil mandados de prisão já decididos — mandados de prisão de pessoas que foram condenadas e estão soltas, dos quais, pelo menos 65 mil são bons. Então, imaginem os senhores, se botarmos para dentro as pessoas condenadas, nós vamos explodir o sistema. Então, esse é o quadro do Rio, com 940 favelas.

Em São Paulo, o tráfico acontece também, mas de maneira diferente. Há consumo em todo o São Paulo. Em todos os Estados há um grande consumo. E, talvez pela forma como a rede é montada, isso não apareça, não repercuta, como no Rio de Janeiro. Então, eu acho um grande desafio estar no Rio de Janeiro, pela maneira como essas organizações também foram montadas. Tem até uma história — isso é histórico, vem da própria Revolução —, da prisão das pessoas ligadas à política, que construíram lá a Falange Vermelha. Era Falange Vermelha, Deputado, porque era em homenagem ao jornal francês *La Falange*, que fazia muita referência a este assunto. Então, dentro do presídio em que estavam os criminosos políticos - dentre os quais o Gabeira fez parte, em certo momento - criaram uma falange para se protegerem. Eles se protegiam e faziam justiça, em defesa dos grupos menores, que eram oprimidos. A maior opressão que existe está dentro das cadeias, onde há as maiores perversidades: tráfico, submissão, sexo. Tudo acontece dentro de presídio, onde existe o maior...

Então, tem esse processo histórico. Depois, veio o Comando Vermelho, essas dissidências, conforme houve no tempo da Revolução, em que um grupo se desdobra em outro. E assim cada um vai achando o seu rumo. Felizmente, como disse o Coronel Pitta, eles não conseguiram, aqui no Rio de Janeiro, a unidade, conforme tem, mais ou menos, em São Paulo. (*Ininteligível*) São Paulo. Aqui, no Rio,



eles não conseguiram, como no jogo-do-bicho, que, no passado, também se digladiavam, e acabou se organizando, definindo as áreas. Hoje está tudo bem, continua funcionando a todo vapor e com toda a sua máquina de corrupção.

Então, conhecer o Rio de Janeiro é conhecer o crime no Brasil. Daí, talvez, seja um grande desafio para a CPI. Faço o convite para que a CPI freqüente mais o Rio, conheça melhor isso aí, para entender muito bem.

Para finalizar, Presidente, eu sou apaixonado por essa área, a vida toda estudei, pratiquei, gostei dessa área. Então, eu vejo, na minha maneira de observar, na minha vivência, que nós vamos ter problemas durante muitos e muitos anos. São muitas as variáveis que interferem nesse processo: a questão socioeconômica. Aliás, o crime é um fenômeno sóciopolítico-econômico. Como reverter esse quadro nas favelas? Como dar qualidade de vida a essas pessoas? Como arrumar emprego para essa turma toda? Vamos ter que conviver com esse problema durante muitos e muitos anos. E, lamentavelmente, vejo também um modelo policial, que já lhe falei, que é arcaico. Nós temos uma Polícia no Brasil que é única no mundo: são Polícias partidas. À exceção da Polícia Federal, que deve ser o padrão de Polícia brasileira, nós temos 2 Polícias nos Estados, que são partidas.

O Coronel Pitta mostrou um trabalho de inteligência muito bonito. Agora, ele poderia ir muito além. Não vai, porque sua instituição não tem o poder de investigar, de continuar. Quantas vezes se faz apreensão de droga, de carregamento de droga ou de armas, e termina ali, naquele simples registro, porque depende de uma outra instituição. Então, eu sou um crítico, também, desse modelo. E nós vamos continuar apoiando-o, durante muito tempo, até que o Governo tome coragem.

O Governo do PT, meu companheiro Luiz Couto, o Governo do Presidente Lula teve a coragem, a clarividência, de anunciar, em 2002, um programa de segurança pública para o Brasil, muito bem bolado. Ele tinha seus problemas, mas fazia uma provocação, chamava a sociedade brasileira para uma grande discussão. E esse programa, lamentavelmente, foi para o arquivo, não é debatido. O Governo Lula podia colocar o Congresso para discutir isso. É um problema que tem grande capilaridade e necessita ser mudado. Não havendo isso, nós vamos continuar com o crime cada vez mais organizado, com a Polícia cada vez com mais problemas, com mais dificuldades, e com a Polícia partida, com um modelo dos mais atrasados do



mundo. O Brasil é o único País do mundo com esse modelo de 2 meias Polícias que não fazem uma.

Só para finalizar, lembro que, os Estados Unidos, que são o berço da ciência - quer dizer, não são o berço, porque o berço é a Grécia, o Egito —, são uma Nação em que se faz ciência. Eles têm estudos maravilhosos nessa área policial, têm uma literatura fabulosa, e provaram, muitas vezes, que uma investigação bem-sucedida se dá em cerca de 40%. O sucesso da investigação, de homicídio, por exemplo, se dá a partir da primeira intervenção policial. É o policial que vai ao local, preserva o local do crime, coleta objetos, peças, material do crime. A perícia complementa o trabalho, ausculta pessoas, e se inicia, imediatamente, a investigação.

No Brasil, Deputado Luiz Couto, no Rio de Janeiro, 500 pessoas são assassinadas por mês, 500 pessoas assassinadas por mês. A PM vai ao local, muitas vezes, vai o policial sonolento, na patrulha, faz a ocorrência no chamado TRO, e termina aquilo. A perícia vai e faz, não faz. Um mês depois, o delegado pega uma pilha de homicídios — Só em Belford Roxo, por exemplo, são 45 homicídios por mês. Uma delegacia, dentre as 160, no Rio de Janeiro, faz 45 homicídios no mês —, coloca o carimbo ali e despacha para o detetive. A investigação vai começar 30 dias depois. Resultado: nem 6% dos homicídios, que é o delito maior, são elucidados no Rio de Janeiro, no Brasil, quando depende da investigação policial. Só se identifica, só vai para julgamento um homicídio quando A mata B, e C presencia e testemunha.

Então, ao encerrar, agradecendo a atenção dos senhores, lamento que não tenhamos aqui uma grande platéia para discutir este assunto. Tenho a esperança de que um dia o Congresso Nacional também, Deputado Moroni Torgan, resolva, de fato, pegar essa questão.

O Brasil precisa discutir essa questão, porque o modelo é péssimo. O modelo é único e o pior do mundo. É uma vergonha, quando se compara os níveis de eficiência das Polícias do mundo, ver que a nossa não atinge nem 6% na ilustração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Deputado Josias Quintal.

Eu tenho só uma pergunta. Eu recebi um relatório da Polícia do Rio em que se identifica cada facção criminosa em cada morro. Em cada morro se colocam em torno de 150 fuzis, mais ou menos, de posse desse pessoal. O que o senhor teria a dizer sobre isso? O senhor acredita que seja mais ou menos isso?



O SR. GILSON PITTA LOPES - Eu não disponho desse conhecimento. Em termos de Polícia Militar, até mesmo na área de inteligência, como nós procuramos pontuar neste material que está sendo disponibilizado para os senhores, nós selecionamos, na área de análise, dessas 942 favelas que o Deputado citou, nós tratamos exatas 738 favelas, em regra, nessas áreas, até onde nós conseguimos obter como dado não-confirmado. E, aí, o senhor está...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Como um informe.

O SR. GILSON PITTA LOPES - É, como informe. Então, não tenho confirmação disso. O número maior que se chegava era um terço disso, sem comprovação. Agora, eu não sei qual a fonte que o senhor..., que Polícia, que fonte informou ao senhor. Se aquilo é um dado ou algo que precisa ainda ser depurado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não. É um levantamento, não é...

O SR. GILSON PITTA LOPES - Ah, sim, então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Até porque fica difícil de dizer quantas armas estão nas mãos dos bandidos, porque bandido não faz cadastramento! Então, é um levantamento que existe.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Por conta disso mesmo, eu acredito que não tenha isso, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor disse que tem tantas favelas e que teria umas 50 armas dessas por favela. É isso?

O SR. GILSON PITTA LOPES - É. Mas aí considerando até as armas de menor calibre. Não estou falando de menor potencial. Qualquer arma mata!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - De grosso calibre seria então?

O SR. GILSON PITTA LOPES - Ou seja, como nós vimos ali, a grande quantidade de armas apreendidas, como, por exemplo, revólver, calibre 38, 32, tudo o mais. Então, por conta disso, acontece, não é? Porque quando eles atacavam, quando tinham chance, no Estado do Rio, de roubar banco, ou alguma outra coisa, roubavam a arma do vigilante. Esta arma caía no crime. Então, por conta ainda daquelas ações passadas, nós estamos apreendendo algumas armas que sabidamente foram desviadas dessas ações. Então, aí é que está a capilaridade da interface da criminalidade como um todo. Isso ocorre no País inteiro, não é no Rio



de Janeiro. Só que lá, a gente tem muito a tratar disso, têm muitos órgãos de inteligência que gerenciam isso, e coordenado por um único, que é a Subsecretaria de Inteligência, que, como gestor disso tudo, nos passa o que interessa. Então, cada um tem na profundidade o que deve combater.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, o Subsecretário de Inteligência é o responsável por esse controle.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Não, na área de inteligência, sim. Lógico que é o Secretário de Segurança o responsável por tudo. Mas na área que eu pertenço existe um órgão de cúpula, como nós tratamos (*ininteligível*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sabe o que é, Coronel? Eu vejo que o senhor tem os limites militares e tudo mais. Mas eu vejo muito importante esse negócio de a gente investigar de onde esse pessoal está conseguindo armamento. Eu fiquei, por exemplo, abismado, hoje, com São Paulo. Eles não têm a mínima idéia de onde vem esse armamento. Quer dizer, eles não têm a mínima idéia do que está acontecendo. O rastreamento deles, pelo que eu vi, é mínimo. Só se a arma tivesse registro no SINARM é que São Paulo vai conseguir alguma coisa, porque, do contrário, não tem conseguido nada. Quer dizer, isso me demonstrou uma terrível desorganização nessa área. Porque se eu estou numa guerra, a primeira coisa que eu quero saber é qual é o armamento do meu inimigo, para poder enfrentar esse inimigo — não é correto isso? —, para eu poder ter um enfrentamento com uma chance razoável de vitória. O que eu vi é que em São Paulo, pelo que demonstraram aqui, falaram e tal, mas pelo que demonstraram, eles não têm a mínima idéia do que existe de armamento para praticar delitos.

No Rio de Janeiro, eu sei que muitas vezes a gente fica cheio de dedo. Por exemplo, se tiver um policial federal envolvido em tráfico de arma, esse cara não é mais meu colega, esse cara é um bandido que está dando arma para matarem policiais federais; se tiver um PM envolvido em tráfico de arma, esse cara não é mais PM, ele é um bandido; se tiver alguém das Forças Armadas envolvido com tráfico de armas, não é mais das Forças Armadas, ele é dos bandidos, que nem esse tenente-coronel dos bombeiros. Esse tenente-coronel dos bombeiros — e nós vamos trazê-lo aqui —, pego com bala de fuzil, com bala traçante, bala de fuzil, e tudo mais, quer dizer, ele vai me convencer do quê? Que ele ia praticar tiro alvo na janela dos vizinhos? Quer dizer, para mim, ele não é mais bombeiro, já faz parte do outro lado.



O cara com bala traçante, com isso, com aquilo! Quer dizer, então, nós temos que organizar todo esse trabalho, juntar essas informações.

Eu vejo que o senhor sempre tem cuidado. Mas, por exemplo, se tiver gente da PM traficando armas, eu acho que é importante a gente ir em cima, se tiver gente da Polícia Civil, da Polícia Federal, das Forças Armadas, se tiver promotor, juiz, não interessa o que for, se tiver alguém envolvido com isso, nós temos que ir em cima. E temos que ter idéia do que ele faz.

A CPI, agora, está buscando uma idéia. Por exemplo, São Paulo nos mostrou que tinha em torno de 6 mil pessoas envolvidas com tráfico de armas e tráfico de drogas, tinha 4 mil pessoas envolvidas com seqüestro, assalto a carro-forte, a banco, coisa parecida, e tráfico de armas. São 10 mil pessoas envolvidas nesse problema de tráfico de armas. Quantas pessoas o senhor pensa que tem no Rio de Janeiro?

O SR. GILSON PITTA LOPES - Esse número de cabeça eu não tenho. Agora, volto a me reportar aos senhores, tem uma média de 1.116 pessoas presas pela Polícia Militar por ano. Só em 2005, somado àquele gráfico que está ali, é o que a Polícia Militar prendeu. Então, aqueles são os valores totais da Polícia Militar. Se o senhor me permitir voltar à sua fala sobre envolvimento de policiais, quer militares, quer civis, no Estado do Rio de Janeiro, pela Polícia Militar, todos aqueles que têm de alguma forma se enleado com o crime, não existe instituição mais série de quanto ao processo de expulsão da corporação que a Polícia Militar. Eu só falei para o senhor que eu não tinha esses números. Por quê? Porque eu vim para cá, para CPI do narcotráfico tratar disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu sei.

O SR. GILSON PITTA LOPES - E esses assuntos de desvios de conduta, eles são tratados...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas eu acho que muitas vezes...

O SR. GILSON PITTA LOPES - Não existem policiais, ex-policiais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É isso.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Eles são tratados como bandidos, não são tratados como policiais.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas eu acho que, muitas vezes, a gente tem que ir para cima. Infelizmente, a gente sabe, o Coronel Josias sabe, eu já fui Secretário de Segurança também: as Corregedorias são fracas. Nós não temos um esquema, por exemplo, de investigação nas Corregedorias que permita debelar um negócio desse. Ou nós contamos com as investigações das especializadas, as investigações de rua, as investigações conjuntas com a Polícia Federal, ou coisa parecida, ... Só que, muitas vezes, o negócio parece muito estanque, parece que não há entrosamento. E é isso que nós queremos fazer, queremos buscar esse entrosamento para fazer...

Eu concordo com o Deputado Josias Quintal: muitas coisas a gente compartimenta em nossa instituição com medo de vazamento de algum bandido. Mas acho que nós não temos que compartimentar com esse medo, não. Nós temos que juntar as pessoas boas que têm nas Polícias, muitas pessoas boas, e ir para cima desse problema.

Por exemplo, agora mesmo, esses presos que a gente trouxe aqui para ouvir, estavam lá a mulher e o filho do John Michael White. O John Michael White foi preso e foi ouvido pela CPI. Fizemos todo aquele trabalho. Foi naqueles aviões da Aeronáutica. Ele era o grande mentor do tenente-coronel da Aeronáutica, o grande mentor dos oficiais. Quer dizer, não são mais, no momento, os que estão traficando droga. Aquilo ali, para mim, não é mais oficial coisa nenhuma. E nós temos que ter consciência disso. E se tiver Deputado traficando também, como teve, nós o tiramos daqui, porque ele não é nosso colega. Então, está na hora de a gente começar a expurgar esse pessoal ruim, e não tratá-los como colegas. A pior coisa que nós podemos fazer para a nossa instituição, para o nosso povo, é tratar bandido como colega. Bandido é colega de bandido, não é mais meu colega, não.

Então, é isso que eu gostaria de ver. Eu estou trazendo todo o pessoal, vou trazer os Secretários de Segurança também para serem ouvidos, e o pessoal da área de inteligência, mas está na hora de a gente fazer uma operação em cima disso. Quer dizer, o armamento que está do lado de lá, como o senhor mesmo disse, está matando os nossos companheiros do lado de cá. Então, nós temos de ver onde está todo esse trabalho, e se, possível, vamos trazer Exército.

Eu acho que o Exército já devia — e já foi votado aqui, se não me engano, uma medida provisória —, cuidar das fronteiras. Eu acho que já devia ter uns 10



quilômetros de fronteira patrulhadas pelo Exército o tempo todo. Porque a gente sabe tudo onde entra esse negócio. É incrível. Na ponte de Foz de Iguaçu está entrando arma e bala neste momento. E qual é o critério que eles usam? Foi dito aqui pelo pessoal que a gente ouviu que, ao invés de passar um ônibus de cada vez, eles passam 50 ônibus juntos. Aí, só um cai, o resto passa livre para não dar tranqueira. Quer dizer, eu não tenho nada contra sacoleiro, não. Acho até que sacoleiro está tentando a vida, mas sacoleiro que traz bala, que traz arma, que traz tóxico, já não é mais sacoleiro, é traficante mesmo. Nós deveríamos ter uma fiscalização nesse sentido e não temos.

Coronel, eu preciso ter todo o material da 2ª Seção. Vou pedir para o setor de inteligência também da Secretaria, porque precisamos ter tudo. Por exemplo, quem são hoje os principais suspeitos de traficar arma no Rio de Janeiro. Eu preciso de nome, endereço, tudo desses caras, para a gente começar. Não precisa dizer agora. Isso é o que nós precisamos aqui. Quem são os principais suspeitos? Um delegado que veio aqui disse que, no Rio de Janeiro, tinha 500 intermediários de venda de bala e de arma. Então, eu tenho que saber quem são esses, quem são os principais, quais são as suspeitas de cobertura que eles estão recebendo de autoridades, quem é que está envolvido nisso. É isso que queremos saber. Não interessa para mim, por exemplo, pegar um caminhão cheio de munição, cheio de rifles, cheio de granada, se eu prender só o motorista do caminhão. Porque se ele está cheio, alguém intermediou aquela venda. Quer dizer, não adianta nada eu prender o motorista. Eu vou dar um baque de 15 dias de faturamento no narcotráfico, é o máximo que eu dou. Dali a 15 dias, ele já tem todo o dinheiro para comprar outro caminhão. E não adiantará nada.

Então, nós temos de entrar agora nesse problema. E essa é a disposição desta CPI. Estamos convocando todo mundo, inclusive o senhor e a PM do Rio, que tem um grande representante, o Deputado Josias Quintal. Estamos convocando também as Forças Armadas e a população, para tentar fazer alguma coisa que dê uma diminuída, que pare um pouco esse tráfico de armas. Senão, daqui a uns dias, nós vamos viver uma guerra civil, aí vamos enfrentar até exército para subir o morro ou para qualquer outra situação.

Então, esse é o recado que eu gostaria que o senhor levasse para lá. Nós precisamos muito da ajuda e da boa vontade de todos os senhores. Queremos fazer



um trabalho extremamente sério. Não tem politicagem nesta CPI. Ela não foi criada por motivo político. O Deputado Luiz Couto é do PT, o Deputado Josias Quintal é do PMDB, eu sou do PFL, mas todos nós estamos imbuídos do mesmo interesse aqui. Só temos um interesse: diminuir o armamento dos bandidos. Enquanto corre uma campanha de desarmamento do povo, queremos fazer uma campanha de desarmamento dos bandidos e precisamos da boa vontade de todo mundo.

O senhor tem a palavra para suas considerações finais.

O SR. GILSON PITTA LOPES - Pois não. Obrigado, Deputado. Só mais uma vez, quero afirmar ao senhor que tudo que a 2ª Seção do Estado Maior da Polícia Militar do Rio de Janeiro dispunha sobre esse assunto foi tratado e disponibilizado para os senhores. Com certeza, o senhor pode ter a convicção de que mais não existe, mas também pode ter certeza de que, saindo daqui, retornando, tudo que surgir lá, em termos dos nomes que os senhores precisam, nós estaremos disponibilizando, mesmo porque temos interesse direto nisso, porque nós sofremos o revés dessas ações criminosas. Se o senhor me permitir também uma outra falácia que se tem do Estado do Rio de Janeiro, acredito que seja, pelo que o senhor falou, a única Polícia Militar do Rio que dispõe de corpo judicial militar. Nós temos 3 delegacias de Polícia Judiciária Militar. Por isso, nossa corporação é célere na expulsão de qualquer elemento, qualquer um. E tratamos como elemento, não policial militar, seja em que posto for. Nós já demos esse exemplo, em expurgar. Isso aí é ordem não só do Governo, mas de todos os comandos da corporação e do atual, do Coronel Hudson de Aguiar Miranda. Em momento nenhum, a corporação vive enleada com esse tipo de desvio. Ontem mesmo, para conhecimento de todos os senhores, estávamos inaugurando a terceira Delegacia Judiciária Policial Militar na Baixada Fluminense, onde ocorreu aquela barbárie. Então, acredito, mais uma vez, que foi para lá de profícua minha vinda aqui, junto aos senhores, por ter confirmado que a Polícia Militar do Rio está no caminho certo. Ela não compactua com nada de errado e, em momento nenhum, procurou se eximir das suas responsabilidades de não dar aos senhores o que tínhamos a fornecer. E o senhor pode estar certo de que isso é tudo. O senhor pode ver que tratamos aqui não só de tráfico de armas, mas fiz questão de mostrar o entendimento que temos da droga, de como ela entra nesse caso da violência das armas. Finalizando, se o senhor me permitir, mais uma vez, agradeço esse convite. Eu entendi que foi um momento de



demonstrar, àqueles que não conheciam o trabalho da Polícia Militar do Rio de Janeiro, contra quem e contra o que estamos combatendo nesses 196 anos de existência, não é de agora. Vidas foram ceifadas da população e, dentre essas, de companheiros nossos de farda. Então, nós jamais iríamos compactuar com esse tipo de desvio e, principalmente, com a letalidade dessas armas que chegam ao nosso Estado. Nós entendemos que ela poderia ser estancada, como o senhor bem disse, no seu nascedouro. Era isso. Mais uma vez, queremos agradecer e nos colocar à disposição, deixando o disquete e a documentação toda, que está aqui em papel, para uso dos senhores. Se mais necessitarem, temos as nossas correspondências, os senhores podem nos mandar. Com certeza, o Comando Geral da Corporação disponibilizará tudo. Boa tarde e muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agradeço ao Coronel Gilson Pitta Lopes, da 2ª Seção da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e digo que ainda vamos precisar muito do apoio de vocês. E tenho certeza de que poderemos fazer um bom trabalho. Eu, depois, vou mostrar reservadamente para o senhor aquele relatório que mencionei.

Sr. Deputado Josias Quintal, a ata foi distribuída, eu pergunto se há necessidade da leitura da mesma?

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - De minha parte, não há necessidade de leitura, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Submeto então ao Plenário.

Em discussão a ata da 20ª reunião. (*Pausa.*)

Não havendo quem quera discutir, em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Existem justificativas de ausência dos Deputados Reginaldo Germano, Nilton Baiano e Francisco Appio.

Amanhã, teremos reuniões internas e algumas diligências da CPI. Na próxima semana, vamos nos reunir para ouvir as telefônicas daquela grave denúncia da Polícia de São Paulo, de que elas não estariam identificando em tempo hábil os aparelhos que estão em contato com os presídios.

Na quarta-feira, teremos a oitiva do Tenente-coronel do Corpo dos Bombeiros, que foi preso com essa munição, bem como de 2 membros da área de Inteligência do Mato Grosso e o Delegado titular da Divisão de Produtos



Controlados. Provavelmente, na quarta-feira à noite, vamos nos deslocar para o Rio Grande do Sul, onde teremos reunião da CPI nos dias 2 e 3, que estão sendo preparadas por nosso Relator.

Agradeço a todos a presença e convoco nova sessão ordinária desta CPI para terça-feira, às 14 horas.

Está encerrada a reunião.